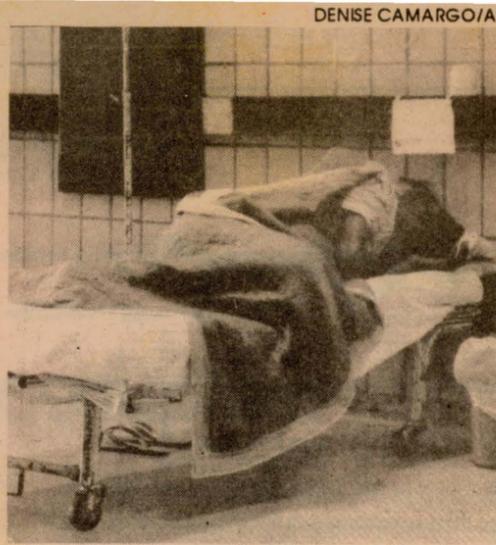


A Classe Operária

Ano 69- 6ª Fase - nº 114- 8 a 21 de novembro de 1993- CR\$ 200,00



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



DENISE CAMARGO/AE

SAÚDE PÚBLICA

A rede hospitalar pública do Brasil chega ao fundo do poço com o sucateamento governamental

PÁGINAS 8 e 9

MÃOS SUJAS NÃO TOCAM NA CONSTITUIÇÃO

HIPOLITO PEREIRA/AG. OGLOBO



Manifestação no Rio de Janeiro simbolizando os "sete anões" da comissão do Orçamento

UBES

Congresso consolida unificação

PÁGINA 7



LEANDRO SCHILPAKE



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Joel Benin,
presidente eleito da Ubes

Cartas

Resumo

23/10. sábado

Realizado o Congresso que reorganizou a União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Edgar Soares e Paula Mattos foram eleitos presidente e vice-presidente da entidade. O Congresso aprovou várias resoluções no sentido da melhoria da qualidade do ensino e da luta contra o preço abusivo das mensalidades nas

escolas particulares.

25/10. segunda

Foram libertados centenas de palestinos que se achavam presos em Israel, na sua maioria crianças, doentes, jovens e mulheres. Como resultado do recente acordo entre a OLP e Israel. Há ainda um total de 12 a 13 mil palestinos nesta situação.

Em defesa da Petrobrás

Realizado no Rio de Janeiro na segunda-feira, 25 de outubro um almoço em comemoração aos 40 anos de fundação da Petrobrás e em defesa do monopólio estatal do petróleo. O evento foi organizado pela Associação dos Engenheiros da Petrobrás - Aepet - e contou com a participação de 1500 pessoas. Estiveram presentes além de vários deputados e diretores de entidades da sociedade civil, o governador Leonel Brizola, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa - ABI - Barbosa Lima Sobrinho e o presidente nacional do PCdoB João

Amazonas. Amazonas referiu-se à Petrobrás como um "símbolo da capacidade do povo brasileiro" e denunciou as manobras "das elites dirigentes do país que conspiram e tramam para acabar com essa conquista". A opinião geral dos presentes é a de que o monopólio estatal do petróleo tem que ser defendido pelo povo nas ruas. Por outro lado a Petrobrás divulgou a informação de que nos nove primeiros meses deste ano a empresa acumulou um lucro líquido de US\$ 456 milhões, 351,4% maior que o do mesmo período do ano anterior.

29/10. sexta

Divulgada a taxa de desemprego no Japão no mês de setembro, 2,6% da força de trabalho, a maior dos últimos cinco anos. Comentando a situação o economista Kazuno Mizuno afirmou que "esta recessão é mais profunda que as anteriores e o desemprego vai crescer". Estima-se ainda que as empresas mantêm cerca de dois milhões de trabalhadores em casa sem trabalhar como um primeiro passo para demiti-los.

2/11. terça

Preso em Roma Carlo de Benedetti presidente do segundo maior grupo capitalista italiano a Olivetti. Benedetti é acusado de corrupção e admitiu ter subornado funcionários ministeriais com US\$ 6,5 milhões entre 1987 e 1991 a título de "comissões" para garantir à Olivetti contratos de fornecimento de equipamentos ameaçados de corte. Por outro lado, o juiz Antonio de Pietro que comanda as apurações da operação Mãos Limpas denunciou que 27 políticos de outros países aceitaram suborno de multinacionais italianas e que a "corrupção é um mal que aflige todas as democracias" (leia-se todos os países capitalistas). Na Coreia do Sul, o fundador e presidente do gigantesco grupo Hyundai foi condenado por ter sido considerado culpado pelo desvio de US\$ 62,2 milhões para sua campanha eleitoral. No Japão o ex-primeiro-ministro Takeshita teve o seu nome envolvido nos escândalos de corrupção que abalam a vida política daquele país. Lá já foram presos executivos de seis das maiores empreiteiras, dois governadores e dois prefeitos, subornadores e subornados.

30/10. sábado

Desalojados pela Polícia Militar os 400 professores que ocupavam a Assembléia Legislativa de São Paulo havia uma semana como forma de pressão para que o governo estadual negocie as suas reivindicações. A greve já dura 80 dias e ainda conta com a participação de profissionais do ensino de 50% das escolas estaduais.

30/10. sábado

Denunciado pelo jornal independente russo Nezavisimaya Gazeta que dentro da Casa Branca, prédio do Parlamento russo bombardeado pelas forças de Yeltsin, foram achados 1500 cadáveres inclusive de crianças e mulheres, um número dez vezes maior que o anunciado oficialmente. Os corpos foram retirados do local por uma passagem subterrânea e depois incinerados. Segundo uma testemunha dos fatos as bombas eram tão fortes que "as cabeças das pessoas explodiam e os miolos salpicavam as paredes".

3/11. quarta

Vitorioso na Assembléia Geral da ONU o pedido de Cuba exigindo que os EUA suspendam o bloqueio imposto à ilha há 30 anos. Foram 88 votos favoráveis e 4 contra (EUA, Israel, Paraguai e Albânia). Esse foi mais um golpe na hipocrisia americana que muito fala em livre comércio mas que através do bloqueio comercial impõe grandes dificuldades a vários países do mundo que não se submetem a seus ditames.

Canavieiros

Após várias rodadas de negociações entre usineiros e fornecedores de cana e canavieiros de Pernambuco sobre a pauta de reivindicações apresentada pelos trabalhadores, com 76 itens, acabou fechado um acordo dia 9 de outubro. As principais metas dos trabalhadores eram: piso salarial de 20 mil cruzeiros reais, piso de garantia de 30% acima do salário mínimo, prioridade de contratação para trabalhadores do município, corte da cana crua. Os usineiros fizeram contraproposta derrubando várias conquistas trabalhistas dos anos anteriores, como: piso de garantia de 20%, 44 horas semanais, antecipação da 1ª parcela do 13º. Revoltados, os trabalhadores ameaçaram romper as negociações e partir para a greve, o que forçou os patroões a recuarem, facilitando o acordo. Foram mantidas as conquistas de 92 e se conseguiu um salário de CR\$ 15 mil a partir de outubro. O fato de não conseguirmos nenhuma conquista nova se deve à desmobilização e demissão em massa que atinge o setor.

Joel Mariano de França

Recife - PE

Revisão

É evidente que foi posta em marcha uma campanha contra o Congresso Nacional. Mas neste momento temos de aproveitar os últimos acontecimentos (casos de corrupção envolvendo parlamentares e ministros) para aglutinar as massas contra a revisão constitucional, golpe patrocinado pela burguesia nacional atrelada aos interesses do capital internacional. Nossa responsabilidade é a de barrar esse golpe e ao mesmo tempo aprofundar a discussão sobre a atual formação do Congresso e sua representatividade. Não se trata de fazer coro com aqueles que maliciosamente criticam o Parlamento. Ao contrário, trata-se de politizar a discussão e aprofundá-la. O povo não deve ficar apenas com a propaganda conservadora neoliberal sobre democracia, modernidade e papel do Estado.

Rui Amaro Gil Marques

Arapongas - PR

Amada

Bandeira vermelha te diviso indelével tremulando sobre corações.
Vitoriosa, deixa-se acariciar pelo vento em altos mastros da Pátria livre.
Bandeira vermelha, teu rubro não é cetim, é sangue.
Oh escarlate pendão, recebe meu amor maravilhosa dama.
Bandeira vermelha teu outro nome é liberdade.

Luiz Cláudio Duarte

Campo dos Goitacazes - RJ

Ocupação

A ocupação do prédio-sede da Sudene por 700 trabalhadores rurais dia 18 de agosto mostra que a solução para a crise por que passam os camponeses das áreas de seca não se dará simplesmente com a manutenção das frentes produtivas. Nem com o aumento do número de inscritos nas mesmas. É preciso mudar o modelo econômico que concentra as riquezas nas mãos das elites, enquanto os trabalhadores morrem de fome.

Dedé Rodrigues

Tabira - PE

Polêmica
O socialismo científico proposto pelo

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Cartas para esta seção devem ser enviadas para o endereço de forma com no máximo 15 linhas. A redação publicará as cartas no todo ou em parte. Rua Adoniran Barbosa, 53 - CEP 01318-020 - Bela Vista - São Paulo/SP

PCdoB provém de uma ideologia baseada no marxismo-leninismo, ou seja, comunismo. Uma política independente, sem interferência do cristianismo ou demais crenças religiosas, que preferem o neoliberalismo, a social-democracia e o socialismo democrático. O PCdoB deveria divulgar mais o ateísmo, o materialismo e as teses científicas. O termo mais usado em propostas, programas e convenções seria "comunismo", deixando o termo "socialismo" para os demais partidos da esquerda de elite. O nome "democracia", sempre usado nos discursos de todos os partidos de direita, centro e esquerda, deveria ser esquecido pela extrema esquerda, pois ao que parece só tem beneficiado uma minoria de burocratas e pouco a população necessitada. Um partido ideológico e homogêneo como o PCdoB deveria assumir a verdadeira postura marxista.

Denis César Teruya

Campinas - SP

Louco

Deixei...Onde??? Não sei.
Só sei que deixei.
Deixei de ser; um ébrio conhecido; para ser um sóbrio enlouquecido.
Sim...Sou louco; e em delírios, sinto o avolumar da impunidade.
Enlouqueço-me pela falta da ética; pelo regozijo ao juramento não cumprido.
Faço uma pausa e medito.
Não querendo talvez acreditar em loucura;
Talvez sonhos...Sonhos??? Não; sonhos não.
Com aberrações, não há sonhos e sim alucinações.
Afloram na minha mente desequilibrada; a constante discriminação; gerando dest'arte, o extermínio do índio, o massacre do pobre, o aumento dantesco de óbitos, para nossas crianças; da rua ou não.

Ataliba Campos Lima

Barreiras - BA

A extinção

Mais que um partido
Mais que um ou outro comunista
A privatização está aí
Antes do aniversário. O que é? Sim,
Professor universitário?
O salário vai minguar
O cargo auxiliar, assistente, adjunto
Ou mesmo doutor. Onde vai existir?
Onde se vai encontrar?
Conseguir-se-á encaixar?
Na caixa do engraxate?
Na rodoviária? Em um bar?
Em seu apartamento? A cobertura!
Os filhos! Como fica o casamento?
Onde habitará? Talvez na sogra
Nos porões. Subirá o Muquiço
Percorrerá o Faz-Quem-Quer
Se der sorte. Na palafita da Maré.

Abílio Wayand Soares

Viçosa - MG

Erramos

Apurar até o fim as falcatruas

Sergio Miranda
Deputado federal pelo PCdoB-MG

Passado o impacto da instalação da CPI do orçamento as forças conservadoras procuram se recompor para enfrentar a situação criada e minimizar os efeitos do golpe que tinham sofrido. De início, procuram desmoralizar as acusações tentando desclassificar o acusador. Esta manobra não surte o efeito esperado porque fica evidente que o senhor José Carlos apenas confirmou os fatos que há muito as pessoas mais informadas já sabiam. Depois procuram reduzir o âmbito da investigação da CPI visando penalizar alguns parlamentares, os mais envolvidos, e encerrar rapidamente os trabalhos argumentados com a defesa do Congresso. Não compreendem que a defesa do Congresso e da democracia passa necessariamente pela investigação ampla e punição exemplar de todos os culpados que não estão apenas no Legislativo mas se situam principalmente no Executivo e nas grandes empresas.

Procura-se ainda despolitizar os trabalhos da CPI e transformar suas atividades em uma mera investigação policial. Daí é que surgem as acusações de partidização e de aproveitamento político quando se põem a nu as forças políticas, que devem sustentação aos esquemas de corrupção.

Mas a principal manobra de esvaziamento da CPI vem do esforço de se manter a todo custo os trabalhos da revisão constitucional na esperança de que, com o funcionamento normal do Congresso, se diluam as acusações e as classes dominantes se safariam dos problemas causados pela CPI.

Há também os pescadores de águas turvas que se aproveitam do escândalo para atacar a democracia responsabilizando a Constituição de 88, que democratizou a elaboração do Orçamento, como a causadora

EM PAUTA A ESTRUTURA DE PODER NO BRASIL

de todos os problemas. Se esquecem que no tempo da ditadura quando alguns burocratas se reuniam a porta fechada para "esquartejar a nação" a corrupção era bem maior só que a censura impedia sua divulgação.

A chamada CPI do Orçamento é continuadora da CPI do PC e da CPI da Privatização. Porque o motivo da investigação é o mesmo - roubo do dinheiro público - e também porque se repetem os mesmos personagens nas várias denúncias. As grandes empreiteiras foram denunciadas no escândalo Collor por financiamento ilegal de sua campanha, estavam depondo na investigação das privatizações e hoje aparecem como as grandes beneficiárias do escândalo do Orçamento.

Podemos dizer que esta CPI é mais importante que as outras principalmente pelo fato de que o que está em pauta não é apenas um personagem mas a própria estrutura de poder que é organizada para favorecer os interesses dos grandes grupos econômicos.

A experiência anterior com o impeachment de Collor mostra que o sucesso da CPI depende da mobilização popular. Os parlamentares comprometidos com a apuração dos fatos só terão êxito na tarefa se estiverem respaldados pela manifestação do povo nas ruas exigindo punição para todos os culpados e mudanças na estrutura política do país.

Importante também é que não se fique na denúncia genérica de corrupção deixando que as estruturas políticas que a permitem fiquem encobertas. A corrupção no Brasil é endêmica e tem por base histórica um sistema de poder profundamente antidemocrático, excludente, que leva as classes dominantes a um sentimento de impunidade que as tornam capazes dos maiores descaramentos, pois não temem a justiça. Por isso não se pode cair no moralismo. É preciso ir mais fundo e denunciar a própria forma de organização do Estado, politizando o debate e exigindo uma real democratização do poder político. Só assim evitaremos as manobras conservadoras para resistir à ação da CPI e chegaremos aos verdadeiros responsáveis por esse mar de lama.

Editorial

A lama corruptora

A corrupção que sempre conviveu com o capitalismo vem se tornando visível em proporções nunca vistas pela maioria da população. A operação mãos limpas na Itália, que vem indiciando por corrupção empresários e políticos notórios, e as denúncias no Japão abalaram a opinião pública mundial. Não é à toa que o Papa vem a público falar do capitalismo selvagem. Não dá para enganar o povo estando abertamente do lado dos corruptos.

No Brasil, os ventos do furacão corruptor também causam estragos. Desde a denúncia de José Carlos dos Santos que a lama se espalha atingindo os antes "respeitáveis senhores de bem". O governo ficou paralisado com as denúncias contra seus ministros. Partidos como o PMDB tiveram destacadas lideranças afetadas, comprometendo seus planos para 94.

Mas o escândalo maior não é o dos corruptos, mas o dos corruptores. A nação brasileira se espantou ao tomar conhecimento de que a lama verde tinha suas comportas nas empreiteiras, as verdadeiras manobristas da corrupção que assola o país. Desde o impeachment de Collor que já se anunciava seu poder corruptor. Mas agora com a CPI do Orçamento desvendou-se diante da opinião pública como as empreiteiras conduziam o jogo político de acordo com seus interesses ilícitos.

O próprio Sindicato da Indústria da Construção de São Paulo (Sinduscon) fez um levantamento mostrando que embora reúna cinco mil empresas, apenas poucas construtoras con-

centram a maior parte do faturamento. Mais precisamente só oito empreiteiras (Andrade Gutierrez, Odebrecht, CBPO, CR Almeida, OAS, Camargo Correa, Mendes Júnior, Coex e Constran) recebem quase 70% do dinheiro gasto pelo país em obras públicas.

Representantes do Sinduscon indicam ainda que nos últimos dez anos o Brasil gastou mais de 100 bilhões de dólares com obras paralisadas, numa evidência de que o desvio de recursos impede a continuidade de várias obras públicas.

A revolta da população tem fundamento. Pesquisas feitas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* indicam que depois da pobreza, fome e saúde, a preocupação da maioria dos brasileiros passou a ser a corrupção. Não é para menos. Quem, de estômago vazio, ameaçado pelo desemprego e pela inflação, não se revolta em ver o dinheiro público ser descaradamente roubado para encher o bolso de uma minoria? Como confiar numa maioria de mãos sujas que quer alterar a Constituição que resultou de um processo democrático?

A verdadeira resposta já foi testada pelo impeachment de Collor: é a ampla mobilização popular. Esta a única alternativa capaz de colocar os corruptos e os corruptores na cadeia e acabar com a manipulação espúria dos políticos sem caráter.

Começam a pipocar as manifestações pela ética e a moralidade pública visando impedir que as mãos sujas toquem na Constituição.

Convenção rumo a novos desafios

Ronald Freitas
Membro do CC do PCdoB

Ao realizar dia 14 de novembro em Brasília a Convenção Nacional do PCdoB, estamos muito mais que cumprindo uma obrigação legal exigida pela Justiça Eleitoral a fim de termos direito ao título de partido com registro definitivo. Estamos concluindo uma exitosa campanha de filiação, de propaganda partidária, de inserção política em vastas áreas do interior do país e de enraizamento maior em várias capitais e grandes cidades. E representa também o ponto de partida para vencermos novos desafios que a crítica situação política do país nos exige.

Realizamos convenções em 14 estados, atingimos cerca de 600 municípios e envolvemos nessas atividades algumas dezenas de milhares de pessoas entre militantes e filiados. Se os números por si só são eloquentes, eles não revelam todo o significado dessa atividade. A campanha de filiação ressaltou vários aspectos do trabalho partidário que deverão ser analisados e potencializados no sentido de um crescimento e fortalecimento ainda maior do partido. Alguns, entretanto, se destacam e devem ser elementos presentes em nossa atividade cotidiana.

Foi fácil filiar para o partido. As equipes, brigadas e ações isoladas de militantes que foram às ruas, às fábricas e aos bairros em busca de novos filiados encontraram boa receptividade

por parte do povo. Isso revela que o nosso partido vai se tornando cada vez mais uma referência política para os setores populares, e as possibilidades para o nosso crescimento são expressivas.

Na busca de novos filiados, obteve-se maior êxito quando se combinou essa atividade com uma massiva, criativa e ousada propaganda do partido e de suas idéias. O resultado foi altamente positivo onde não nos limitamos ao trabalho de ir de porta em porta, de pessoa em pessoa, mas procuramos preparar as condições para as campanhas com ações de agitação e propaganda, destacaram-se publicamente nossas lideranças e criou-se um clima favorável à filiação.

Procuramos fazer filiações dentro de uma perspectiva de construção do partido real, ou seja, aceitamos o desafio de legalizar o partido nas cidades maiores, junto aos setores sociais mais esclarecidos, evitando dessa maneira a legalização meramente burocrática e enfrentando o desafio de acabar com a distância entre partido legal e partido real.

Mas se a Convenção Nacional é um ponto de chegada e de festa pela vitória do registro definitivo. Ela é também ponto de partida para novos desafios e novas conquistas. Destaca-se a necessidade de sermos uma força atuante no conturbado cenário político nacional, que busque uma saída para a crise que vivemos e que coloque nosso país num patamar maior e mais avançado na luta pelo socialismo. A condição básica para isso é que sejamos um grande e forte partido.

Com base nos êxitos obtidos na campanha de legalização, devemos continuar a trabalhar em construção e militância legalizando o PCdoB nos estados, onde ainda não o fizemos e incorporando na militância os novos filiados.

FIZEMOS CONVENÇÃO EM 14 ESTADOS E 600 CIDADES



CRÔNICA DE Brasília

Sinais de riqueza no Planalto Central

Luiz Aparecido

Num dia qualquer da semana, aproveito para dar uma voltinha pelos estacionamentos dos ministérios, autarquias e Congresso Nacional. O que existe de carros do ano, não está no gubi. E nos setores nobres de Brasília, Lagos Norte e Sul, setores de mansões do Park Eway, o número de novas construções dá uma idéia errada de como anda o Brasil.

De onde vem tanta riqueza em um lugar onde não se produz quase nada, além de leis, determinações e papéis e autorizações? Só pode vir da corrupção.

Assessores menores de ministérios e secretários de parlamentares com carro do ano e construindo casa nos Lagos, só podem estar roubando ou jogando com os mesmos palpites do deputado João Alves. Até porque aqui tudo se consegue nos ministérios e autarquias com dinheiro e muito dinheiro. Que há parlamentares que fazem de seu mandato um balcão de negócios a CPI do Orçamento está comprovando.

Mas não é só no Orçamento que os malandros estavam se dando bem. Há outras formas de se ganhar dinheiro na sacanagem parlamentar. Deputados elaboram projetos de lei apenas para extorquir setores prejudicados com sua possível aprovação. Intermediação de negócios com o Estado e tráfico de influência também é muito comum por aqui. Só investigando a fundo todo mundo, abrindo a conta bancária e o sigilo de patrimônio de todos os parlamentares e funcionários de confiança do governo é que se pode avaliar o vulto da roubalheira.

Vai-se descobrir gente com muito mais dinheiro que o José Carlos dos Santos. Mas para isso é preciso que haja vontade política de apurar a fundo o nível de corrupção no país. E descer de Brasília para os estados e municípios.

Decabo arabo. Uma emenda ao orçamento aprovada aqui e carimbada às vezes já pelo próprio Executivo, precisa da conivência do prefeito para que a empreiteira tal e qual, veja a sua articulação dando certo. A empreiteira começa a mexer no orçamento logo no ministério

que faz a proposta orçamentária. Depois, no Congresso, ela se articula com um deputado que garanta a emenda. Depois o prefeito ou o governante do local onde a obra é realizada precisa também estar de acordo, para que a empreiteira ganhe a concorrência.

Essa CPI precisa chegar não só às empreiteiras corruptoras, mas também aos governadores e prefeitos comprometidos com a sacanagem. Seria necessário que toda emenda aprovada e que tenha tido o dinheiro liberado, seja fiscalizada para ver o custo real da obra e se ela foi realmente realizada.

É um processo que envolve praticamente todo o Estamento nacional. A corrupção campeia de tal forma que não seria exagero dizer que hoje em Brasília pouquíssimas pessoas têm dormido em paz. Quando a gente vai a algum ministério ou pelos corredores do Congresso, o que se vê mais no rosto das figuras é olheiras e testas franzidas. E viva os homens de bem que podem estar com consciência tranquila.

Crime sobre crime. Esse José Alves dos Santos, que abriu essa sangria desatada que deu na CPI do Orçamento, parece ser um cara que realmente abriu a alma. A polícia de Brasília, que não consegue descobrir o sequestro e crime de sua mulher, entrou numa de arrumar processo sobre processo em cima do José Carlos. É por tráfico de drogas, evasão de divisas, corrupção passiva, sequestro e morte e quantos mais forem possíveis. Parece uma vingança contra ele por ter denunciado o governador Roriz no esquema do Orçamento e por ter denunciado ter sido torturado e possivelmente extorquido ou tentado a tal pela polícia brasileira.

Mas ele tem respondido sempre a seu advogado que não quer saber de habeas corpus agora. Ele acha mais seguro estar numa cela da Polícia Federal do que em casa ou andando pelas ruas de Brasília. Ele tem seus motivos para tal postura. Estão realmente arrumando uma cama-de-gato para ele. Se não se cuidar, morre de indigestão até dentro da cela onde está.

Daqui a alguns dias, quando os depoimentos e as investigações da CPI avançarem, vai ser possível saber se ela vai longe ou se vai pegar apenas os mais otários. Gente como o Ricardo Fiúza, já se viu que é difícil pegar. A não ser que surja mais alguma ex-mulher. Por isso é que digo. Transforme sua ex-mulher na sua melhor amiga. Senão ...

Elite aplaude FHC

▼ FHC está cada vez mais desgastado por sua incapacidade de resolver o problema da inflação e do controle das contas públicas. Mas numa coisa as elites concordam. Ele tem se esforçado para apressar as privatizações

Dilermando Toni

Na segunda-feira 25 de outubro o governo resolveu lançar mão novamente do autoritário instrumento da Medida Provisó-

condições de controlar todo o processo, as decisões acabarão nas mãos de FHC e seus prepostos.

Aliás, essa intenção de se transformar na figura central do governo, afastando Itamar Franco a qualquer preço, é cada vez mais forte no ministro da Fazenda. Agora com a crise da corrupção no Congresso Nacional, FHC propôs a criação de um núcleo de Poder em torno dele próprio como forma de tirar o governo da paralisia.

Mais moeda podre. Um dos pontos que têm sido mais criticados pelos setores que defen-

dem o patrimônio público nacional contra o saque de que tem sido vítima por parte das elites é a ampla utilização das moedas podres nos leilões. Em três anos desde que começou a ser executado o PND "rendeu" aos cofres públicos cerca de US\$ 6,2 bilhões.

Pois bem, desse montante apenas pouco mais de 2% foi em moeda corrente. O uso das moedas podres foi tão grande que os papéis que estavam à disposição praticamente se esgotaram. Diante disso o governo toma duas "providências". Trata de criar novas moedas podres. Uma delas é o Infaz (Infra-estrutura Fazendária) que nasceu da equalização das dívidas entre o Banco do Brasil e o Ministério da Fazenda e que entrou no mercado com um volume de US\$ 60 milhões. Na prática coloca o BB como financiador do PND. A outra moeda é a linha 731, um crédito da Siderbrás, de US\$ 450 milhões.

Moral da história. O mais gra-

ve é que com a edição da MP-362 o governo vai emitir um tipo de Notas do Tesouro Nacional - NTN - que poderão ser compradas ou permutadas por outro tipo de títulos da dívida. O dinheiro apurado com esse negócio já tem sua destinação certa: "amortizar a dívida pública mobiliária federal".

Não há outro nome para isso senão o de doação integral do patrimônio público aos capitalistas. Aliás, a MP-362 atropela as discussões que se processam no Congresso Nacional e permite de imediato que o capital estrangeiro compre 100% das ações das empresas a serem privatizadas.

O governo pretende de imediato fazer uma ofensiva privatista em cima do setor elétrico vendendo a Light (RJ), a Escelsa (ES) e mais de uma dezenas de usinas em construção. O expediente das concessões passa a ser largamente utilizado. É o que está acontecendo com as rodovias federais. Essa é a via que o atual ministro das Telecomunicações Hugo Napoleão defende para viabilizar a participação da iniciativa privada no setor caso a revisão constitucional mantenha o monopólio.

É por essas e por outras - entre as quais a do Sr. Eduardo Modiano ex-presidente do BNDES ter sido contratado pelo Banco Itamarati para facilitar a participação do grupo Olacir de Moraes no PND - que o deputado Edson Silva do PCdoB/RS e membro da CPI das Privatizações avalia que o Programa "é feito de mentiras, distorções propositalmente, pouca transparência, irregularidades, suspeição de atitudes ilícitas e de prejuízos ao Tesouro Nacional". O parlamentar comunista diz que "a Nação brasileira, mais cedo ou mais tarde, haverá de cobrar, colocando na cadeia os responsáveis por esse crime".



ria. Desta vez ela tem o número 362 e altera dispositivos da lei 8031 de abril de 1990 e de algumas outras que regulavam as privatizações das empresas estatais brasileiras. Altera para pior.

Como se sabe uma Medida Provisória entra imediatamente em vigor após a sua publicação no Diário Oficial é assim um instrumento de emergência do Poder Executivo. Collor de Mello notabilizou-se por abusar deste expediente com o claro propósito de passar por cima do Congresso Nacional. Agora a 362 que tem a chancela de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Alexis Stepanenko introduz modificações de peso num assunto polêmico sobre o qual inclusive corre uma CPI no Congresso Nacional.

A idéia básica que norteou o texto da MP-362 foi a de criar uma ponte que possibilitasse sobretudo o apressamento do processo de privatização até que a revisão constitucional decida sobre o futuro dos atuais monopólios das telecomunicações e do petróleo. Seu inspirador, FHC, pretende com isso mostrar serviço às elites brasileiras e ao capital financeiro internacional.

Poder concentrado. De agora por diante as privatizações passam a ser controladas diretamente pelo Ministério da Fazenda já que havia muitas críticas de que a Comissão anterior, mais ampla, na qual se faziam representar vários ministérios, estava emperrando a execução do Programa Nacional de Desestatização.

O texto fala que o Programa terá uma Comissão Diretora subordinada ao Presidente da República e "vinculada tecnicamente" ao Ministério da Fazenda. Mas como o presidente efetivamente não tem

Punir corruptos e corruptores

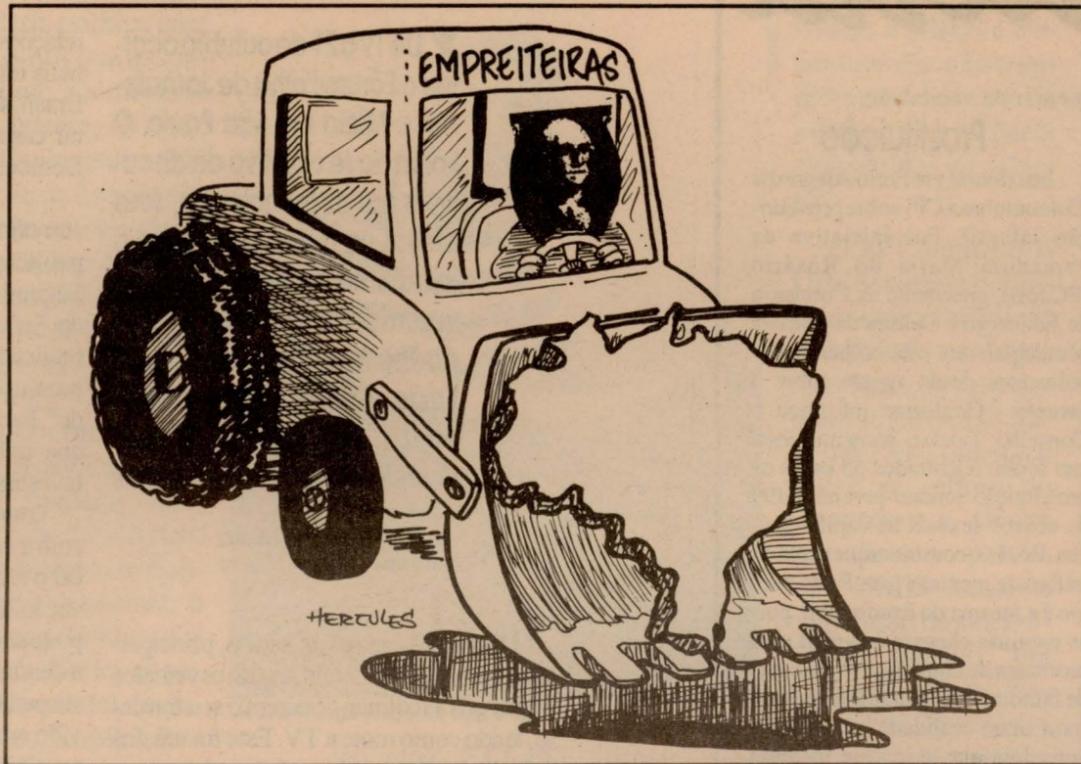
▼ "Parlamentar de mãos sujas não toca na Constituição". Com este slogan as entidades do Movimento pela Ética na Política pretendem realizar grandes manifestações para exigir a apuração das denúncias de corrupção e a suspensão da revisão Constitucional

Gulomar Prates

O super escândalo da Comissão de Orçamento fez com que os partidos e a sociedade civil, contrários à revisão constitucional, obtivessem uma vitória considerável. Serviu para demonstrar que o Congresso Nacional, com a composição que tem hoje, com muitos de seus integrantes sob suspeita, não tem condições morais e políticas para mexer na Constituição brasileira. Na prática, a revisão está parada. Até o dia 3 de novembro os partidos que defendem a revisão, a maioria contando em seus quadros com deputados acusados de envolvimento na roubalheira do dinheiro público, não conseguiram obter quórum para a votação do regimento interno dos trabalhos.

Punição aos corruptos. A CPI concentra a atenção dos parlamentares e das entidades, que já se movimentam para desenvolver uma campanha com o objetivo de punir corruptos e corruptores. No dia 11 de novembro está marcada para São Paulo a realização de uma passeata com concentração no Masp a partir das 9 horas. Um dia antes, no Rio de Janeiro, as mesmas entidades pretendem levar muita gente às ruas contra a impunidade. Várias manifestações isoladas já acontecem, numa demonstração de que esse movimento poderá ter ressonância junto à sociedade. Em São Paulo, um manifesto assinado por parlamentares, partidos políticos e entidades exige que a revisão constitucional seja suspensa imediatamente "pois não podemos colocar o destino da Nação nas mãos de homens suspeitos de corrupção". Quer também que a CPI investigue em profundidade todas as denúncias e que o Congresso e a Justiça puna exemplarmente todos os culpados, sejam eles parlamentares, ministros, prefeitos, governadores, empresários, etc, com a perda do mandato, confisco de bens, devolução do dinheiro e cadeia, rompendo com a impunidade que prevalece no país. "O povo não aceita mais que aqueles que roubam sua saúde, educação, habitação e seus direitos continuem livres, desfrutando do dinheiro público em praias de Alagoas ou nas boates de Londres", diz o manifesto.

Revolta latente. O ceticismo é



grande. Afinal depois da magnitude do movimento que levou ao impeachment, Collor e PC Farias continuam soltos, sem contar que os corruptores sequer chegaram a ser identificados. Mas, por outro lado, existe uma revolta latente na população, que poderá ser canalizada para essas movimentações. Recente pesquisa realizada pelo InformEstado e Fato Pesquisa e Jornalismo mostra que

os brasileiros vêem na corrupção um dos maiores males do país. Tanto o que eles consideram "povo" como as "elites", desconfiam do Estado, dos partidos, dos políticos e do Executivo. A punição dos culpados nesse caso de corrupção, portanto, passa a ser questão importante para que o Congresso Nacional recupere sua imagem e os "políticos" não sejam colocados todos na mesma

vala comum.

Ao mesmo tempo, existe uma preocupação com a tática que parlamentares conservadores tentam colocar em prática. Como não podem por panos quentes em todo o escândalo, cuja necessidade de apuração consequente dos fatos já ganhou a opinião pública, pretendem esvaziar a CPI e fortalecer a revisão. Para que isso ocorra, querem acabar o mais

rápido com a CPI, evitando que outras pessoas, afora parlamentares, prestem depoimentos. São muitos os nós que precisam ser desatados. Mesmo assim, o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, insiste em dizer que o prazo de 45 dias é suficiente para concluir os trabalhos. Só para investigar as contas de parlamentares que tiveram o sigilo quebrado, seria necessário um prazo maior.

Enquanto isso, os parlamentares apelidados de "contras" porque não defendem a revisão, querem esvaziar a CPI e esvaziar a revisão, no que vêm obtendo sucesso.

O contraponto para garantir que o resultado da CPI não se resume a um ou dois bodes expiatórios, é o povo na rua. Os empresários que saíram ileso no caso Collor/PC, precisam ser punidos. Aliás, vários pontos das investigações mostram ligações entre parte desse esquema e o caso PC. Isso faz refletir que não são apenas casos isolados de corrupção, mas que a máquina do Estado está apodrecida e que é necessário mais do que uma "Operação Mãos Limpas" para que ele deixe de ser mar de lama que hoje vem à tona. Só uma grande mobilização poderá levar a punição até o fim transparente para o povo.

Empreiteiras dominam o Estado

As denúncias de manipulação do Orçamento da União pelo grupo dos sete anões envolvem, além de deputados, as grandes empreiteiras. Elas alimentam uma relação incestuosa com o Estado e abocanham as verbas que deveriam ser aplicadas na área social, construindo obras sem a menor importância, além do superfaturamento e da compra de licitações.

A devassa que os fiscais da Receita Federal realizaram em 8 das 20 empreiteiras acusadas de envolvimento no esquema PC Farias apurou que elas devem ao fisco US\$ 700 milhões (cerca de 118,3 bilhões), correspondente a impostos sonegados, multas, juros e correção monetária e equivalem a 19% da arrecadação mensal de impostos federais. Nessas oito empresas investigadas, apenas uma faz parte das grandes empreiteiras, o que faz supor que o valor da dívida com o Estado é muito maior.

Além das dívidas, o prejuízo que as empreiteiras causam ao povo se dá ainda de forma mais direta. São corruptores e, como não aconteceu durante a CPI do PC/Collor, precisam ser punidos. Até o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil reconhece: "É uma cirurgia dolorosa, mas fundamental para o país. A pior coisa é a certeza da impunidade", afirmou em entrevista à revista Veja.

Ligações perigosas. As ligações entre as empreiteiras e o Estado faz com que, por exemplo, a casa popular, construída com o dinheiro do FGTS, custe entre três e quatro

vezes mais do que uma construção semelhante nos Estados Unidos. Segundo os próprios empreiteiros, o preço da construção de barragens ou hidrelétricas é, no mínimo, 10% maior do que o seu preço real.

Um time formado por apenas oito empreiteiras detêm quase 70% das receitas gastas pelo país com obras públicas. Segundo levantamento feito pelo Sinduscon (Sindicato da Indústria da Construção de São Paulo), o setor tem cinco mil empresas, mas poucas concentram a maior parte do faturamento. São elas: Andrade Gutierrez, Odebrecht/CBPO, CR Almeida, OAS, Mendes Junior, Coesa e Constran (veja quadro). Em 1992, elas faturaram 6 bilhões de dólares. O valor total movimentado por empreiteiras chega a 15 bilhões de dólares. O homem mais rico do Brasil é o empreiteiro Sebastião Camargo.

Essa relação incestuosa não é recente. As obras gigantescas dos anos 70, como a hidrelétrica de Itaipu, a Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói, encheram o bolso dos empreiteiros e deixaram para o país uma dívida de 90 bilhões de dólares com o exterior. Ainda assim, os empreiteiros são credores do governo. Calcula-se que tenham cerca de 7 bilhões de dólares para receber dos cofres públicos. Não é de espantar, portanto, que não sobre dinheiro para hospitais e escolas.

A CPI já tem provas do envolvimento de empreiteiras na manipulação do Orçamento da União. Em sua passagem pelo Ministério da Saúde, Adib Jatene,

que não é nenhum santo, advertia: "Os empreiteiros têm acesso ao poder e convencem o administrador público de seus projetos. Eles acabam mandando no orçamento público" (Veja, 3 de novembro). A arrogância das empreiteiras é tão grande que, em 1984, a Andrade Gutierrez ganhou licitação para construir dois túneis em Lagoinha (BH) e um ano depois modificou o projeto, aumentando o preço da terraplanagem em 58%. Ela mesma desapropriava o terreno e cobrava mais 15% sobre o preço da desapropriação. Nesse caso, o Tribunal de Contas de Belo Horizonte abriu processo, porque não se tratava apenas de uma modificação no projeto, mas de outro completamente novo.

Lucros na crise. Mesmo em um período de crise, as empreiteiras tratam de diversificar seus investimentos. A Odebrecht transformou-se em multinacional. Comprou empresas na Europa e opera em outros países. No Brasil, é dona de supermercados e indústrias de alimentação. A OAS, além de construir estradas e hospitais, planta frutas e cria camarões no Nordeste. A Camargo Corrêa tem interesses em indústrias, bancos, fábricas têxteis e empresas de turismo.

Depois de convencerem deputados a incluir emendas de seu interesse no orçamento, as empreiteiras começam as obras, recebem boa parte do dinheiro, mas em muitos casos, nunca terminam de construir. É o caso da ferrovia Norte-Sul, que consumiu 300 milhões de dólares e hoje é

uma ferrovia de 100 quilômetros, sem utilidade. A construção dessa ferrovia envolveu 18 empreiteiras em uma licitação fraudulenta. Até hoje ninguém foi punido.

É esse quadro que precisa ser mudado com a CPI. Além dos deputados que aceitaram propinas, os corruptores também precisam ir para a cadeia. Isso é o que exige a sociedade, mesmo sabendo que essa relação incestuosa entre empresas da burguesia e o Estado sempre existiu, pois a corrupção faz parte da essência do Estado que, ao contrário do que afirmam alguns, não está acima das classes e representa interesses bem definidos. Os escândalos podem servir para que o povo se dê conta disso e de que é preciso substituir esse Estado por outro, que também não será neutro, mas certamente não ajudará empreiteiros a encherem os bolsos às custas do dinheiro público. (G.P)

Grupo seletivo

Distribuição do faturamento das empreiteiras - 1992 (em%)

Andrade Gutierrez	17,22
Odebrecht/CBPO	14,17
CR Almeida	10,84
OAS	8,56
Camargo Corrêa	7,04
Mendes Júnior	5,40
Coesa	1,81
Constran	1,78
Jatene	33,18

Fonte: Sinduscon

BANCADA Comunista

Homenagem

Por sugestão dos deputados distritais Agnelo Queiroz (PCdoB) e Salviano Guimarães (PSDB) a Câmara Legislativa do Distrito Federal realizou dia 21 de outubro sessão especial em homenagem póstuma ao ex-presidente da UNE, Honestino Guimarães. Foi entregue à mãe de Honestino, Maria Rosa Monteiro, o título de Cidadão Honorário de Brasília. Compareceram o presidente da UNE Fernando Gusmão, dois irmãos de Honestino e onze deputados distritais. Agnelo disse que Honestino tornou-se símbolo do desprendimento da juventude na luta por um mundo em que não haja opressão. O deputado Salviano, primo de Honestino, lembrou que ele exerceu liderança estudantil em Brasília marcada pela coragem de lutar pelo bem comum.

Bombas

A Câmara Municipal de São José dos Campos (SP) aprovou requerimento do vereador João Bosco (PCdoB) pedindo ao governador Fleury que deixe de comprar bombas de gás lacrimogêneo para pagar aumento aos professores. Bosco lembra matéria publicada na revista Veja São Paulo: "A Polícia Militar gasta 2.350 cruzeiros reais em cada bomba de gás lacrimogêneo utilizada. Ou seja: um professor de colégio estadual precisaria dar quinze aulas para pagar uma delas." No requerimento, Bosco diz: "Ora, senhor governador, como se vê, reprimir sai caro! Não seria mais conveniente - e democrático - deixar de adquirir esses artefatos de repressão contra o povo que o elegeu, utilizando os recursos do Erário para, por exemplo, melhorar o salário de fome que hoje recebem os dedicados professores, diretores e demais funcionários da rede estadual de ensino?"

Intimidação

Em Maceió, o vereador Eduard Bomfim (PCdoB), leu na Câmara ofício que o Sindicato dos Jornalistas de Alagoas enviou ao comandante da Polícia Militar do Estado condenando a perseguição a funcionários do jornal O Diário, cujo motorista foi levado para interrogatório no Colégio Militar. A ação da PM começou após matéria do jornal sobre um atentado ocorrido na casa do coronel PM Paulo Roberto Pedrosa. Em operação clandestina, policiais passaram a rondar a casa da mãe da jornalista Rossana Gaia, diretora do Sindicato. Bomfim considera o caso um flagrante desrespeito à Constituição que estabelece a livre informação como direito ele-

mentar da sociedade.

Prostituição

Instalou-se em Porto Alegre dia 25 de outubro a CPI sobre prostituição infantil. Por iniciativa da vereadora Maria do Rosário (PCdoB), presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal, que está colhendo depoimentos desde agosto sobre o assunto. Conforme informou o Conselho Tutelar, somente neste ano foram registrados 65 casos de prostituição infanto-juvenil e 199 de abusos sexuais na capital gaúcha. Rosário constatou que a rota do tráfico de meninas para Porto Alegre é a mesma do êxodo rural, pois as meninas chegam à capital com promessa de empregar-se em casas de família. "Chegando aqui encontram outra realidade", enfatiza a vereadora que descobriu meninas de 8 e 9 anos nas ruas de Porto Alegre, atendendo a clientes que cada vez mais exigem prostitutas mais jovens. A Comissão de Educação tomou algumas medidas emergenciais como recondução de crianças para suas famílias através da criação de casas de passagem, e averiguação de lugares suspeitos de exploração de meninas.

Mais tempo

A Câmara Municipal de Aracaju (SE) aprovou projeto de lei do vereador Edvaldo Nogueira (PCdoB) ampliando o horário de funcionamento dos bancos de seis para oito horas diárias. O projeto vai para apreciação do prefeito Jackson Barreto e se for sancionado determina que os bancos abram de 9 às 17 horas. A intenção é reduzir filas e ampliar ofertas de empregos para os bancários.

Sobretaxa

O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), líder do partido na Câmara dos Deputados, enviou correspondência ao ministro da Justiça Maurício Correa relatando práticas ilícitas da empresa multinacional Becton Dickinson, fabricante de materiais para laboratórios. Essa firma pratica dumping contra sua concorrente nacional, a Labnew de Campinas (SP). Ou seja, vende a preços abaixo do custo para sufocar a firma brasileira. Já há algum tempo corre processo na Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Recentemente o ministro Fernando Henrique baixou portaria sobretaxando a comercialização dos tubos à vácuo da multinacional, o que foi considerado positivo.

Chacina de posseiros em Tucumã

A deputada federal Socorro Gomes (PCdoB-PA) recebeu do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (PA) denúncia de que no dia 12 de setembro quatro posseiros foram chacinados em Tucumã. Os posseiros Chico Preto, Chico Moreno, João Pedro e Baixinho foram executados por um grupo de 16 pistoleiros usando uniformes camuflados de Exército sob comando dos grileiros Paulão, de Parauapebas, e Pinheiro, de São Paulo. Os corpos só foram encontrados sete dias depois já em estado de decomposição. Alguns foram incendiados com gasolina de motosserra. Posteriormente, moradores do local acharam mais três corpos de colonos que tentaram fugir dos assassinos. No relato do Sindicato registram-se vários outros graves conflitos em fazendas do Sul, Sudeste e outras regiões do Pará.

Futuro da mídia impressa

▼ De 19 a 21 de outubro ocorreu o Fórum Folha de Jornalismo e Mídia em São Paulo. O Fórum teve objetivo de discutir as novas tecnologias, seus efeitos na mídia impressa e o jornalismo investigativo. Estiveram presentes Warren Hoge do *The New York Times*, Luca Fazzo, repórter do jornal italiano *La Repubblica*, Daniel Gavela, do *El País*, entre outros

Marta Regina Maia
Jornalista/professora Unimep

O advento das novas mídias, principalmente as eletrônicas, tem levado os veículos impressos a redimensionarem o seu formato, tendo como mote a TV. Este foi um dos principais tópicos levantados durante o Fórum. No Brasil, a situação se agrava devido a crise econômica, aos níveis alarmantes de analfabetismo e o descaso com o sistema educacional. Embora a tiragem dos jornais tenha crescido, ela não acompanha o crescimento demográfico do país.

A primeira palestra, feita por Matinas Suzuki Junior, editor-executivo da *Folha*, buscou evidenciar o sucesso editorial do "Folhã", projeto produzido para ampliar o público leitor dos finais de semana. Matinas conseguiu, com muita propriedade, mostrar como jornalismo é puro marketing. Cercado de pesquisa de opinião, índices e dados econômico-financeiros, ele tentou convencer os jornalistas e público presentes que os jornais têm de levar em conta não só o material editorial, mas também a publicidade, afinal "tem leitor que compra só por causa do anúncio".

Com esta proposta, a *Folha* conseguiu atingir o recorde de 615 mil exemplares no mês de setembro, tendo o *Globo* vendido 540 mil na mesma data, seguido pelo *Dia* (RJ), com 449 mil, deixando o *Estadão* - concorrente direto da *Folha* - em quarto lugar, com 437 mil exemplares vendidos.

Qualidade vende. A palestra de Warren Hoge, chefe de redação adjunto do *The New York Times*, reforçou a importância da qualidade no conteúdo editorial dos jornais. Este jornal se tornou um sucesso nos EUA, chegando à tiragem de 1,8 milhão aos domingos, contando com mais de 700 páginas nestas edições. Embora não tenha explicitado, em nenhum momento, qual o conceito de qualidade que o jornal defende, esta experiência é interessante mais pelo aspecto de sobrevivência da mídia impressa do que pelo projeto editorial, já que muitos advogam que as publicações impressas estão fadadas à morte.

O diretor de comunicação do grupo *Prisa*, que controla o jornal *El País*, da Espanha, identificou o que seriam as quatro condições básicas para se fazer um jornal de qualidade: 1) economia estabilizada e saneada; 2) um bom sistema educacional; 3) uma publicação escrita em idioma de expressão internacional e 4) liberdade de expressão. Por estes itens, pode-se perceber que o Brasil está muito distante destas prerrogativas.

Os meios de comunicação, no sistema capitalista, não fogem à esfera de influência de poder, entretanto, pelo menos em alguns países, o direito à informação é um pouco mais assegurado. No caso do *El País* as

relações editor/jornalista e jornal/sociedade revelam mais transparência e dignidade. Estas relações, no Brasil, são muito restritas, situação que pode melhorar caso seja aprovada a nova Lei de Informação Democrática (ver matéria na Classe nº 113).

Jornalismo investigativo. A qualidade editorial das publicações também foi tema de discussão no Fórum. Segundo Gilberto Dimenstein, diretor da Sucursal da *Folha* em Brasília, muitas vezes o jornalismo é praticado em cima de pressupostos: "a emoção cria pressupostos e os pressupostos superam a realidade". Para ele, o grande desafio é fugir do denunciismo, que trabalha com suposições, e avançar para a investigação jornalística, cruzando várias fontes.

Outro item polêmico: o furo. A preocupação com a concorrência tem levado a imprensa a publicar o relato de certos "fatos", sem a devida comprovação. Dimenstein afirmou que o grande problema pode ser a perda de referências: "a nação parou com a denúncia de um delinquente, que está preso com a suspeita de ter matado a mulher e ainda está envolvido em tráfico de cocaína e estelionato". Para ele, a opinião pública acaba tendo a impressão de que todo o Congresso "é uma aglomeração de pilantras incorrigíveis". O jornalista acha que o jornalismo investigativo sério e competente tem um papel muito importante na atual conjuntura brasileira.

Para Luís Nassif, colunista da *Folha*, a imprensa deveria fazer um "pool" para apurar com profundidade todas as denúncias. A experiência relatada pelo jornalista Luca Fazzo, do jornal *La Repubblica*, de Milão (Itália), na operação Mãos Limpas (superescândalo italiano que envolve empresários e políticos corruptos) foi bem vista pelos presentes no Fórum.

"Não há saída. O 'pool' é a única forma de garantir que só as informações corretas e checadas serão publicadas", informa Fazzo. Ele diz que no início do escândalo os jornais publicavam tudo com medo de serem furados. Como havia muita informação falsa, os jornalistas fizeram um pacto de publicar apenas informações checadas. "Isso fez com que eu ou outros jornalistas não tivéssemos mais a tentação de publicar alguma coisa - só por medo de tomar um furo - sem checar completamente", garantiu Fazzo. Parece que a imprensa brasileira tem muito o que aprender com esta experiência.

As novas experiências tecnológicas também foram debatidas. O cientista-pesquisador de Mídia do *Massachusetts Institute of Technology* - MIT - Walter Bender, também relatou as últimas experiências em multimídia interativa, chegando a afirmar que o jornal eletrônico é o futuro da comunicação, em que o leitor pode escolher, em seu computador, a notícia que lhe interessa.

Já a teleconferência de Maria Jimena Duzan, do jornal *El Espectador*, da Colômbia, quebrou um pouco esse ambiente mais técnico de discussões. A palestra, feita por telefone, pois Jimena está sendo processada por ter denunciado um suposto narcotraficante, revelou a situação trágica em que se encontra o país. Ela criticou duramente a política norte-americana que investe muito "na repressão aos países produtores, como se fôssemos uns demônios invadindo as fronteiras dos EUA para envenenar sua sociedade". Ela ainda informou que 87 jornalistas morreram no exercício da profissão, nos últimos cinco anos.

Grande imprensa. "Não estariam os jornais se transformando em fantoches da opinião média, em marionetes das pesquisas de mercado?". Esta pergunta, entre outras (por incrível que pareça), foi feita por Otávio Frias Filho, diretor de Redação da *Folha*. A resposta a esta questão, no caso brasileiro, parece ser positiva. O marketing, principalmente a publicidade, tem sido a tônica das publicações impressas. Embora as notícias possam ser consideradas mercadorias, elas também são instrumentos comerciais comprometidas com o desenvolvimento e a afirmação do sistema capitalista.

UBES: tudo está no seu lugar

▼ O 30º Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas elegeu Joel Benin, ex-presidente da União Catarinense de Estudantes (UCES) para presidir a entidade. Joel é filiado ao PCdoB e militante da União da Juventude Socialista

Gulomar Prates

No discurso de posse no encerramento do encontro, já sem voz, Joel afirmou que a UBES voltará às ruas como na campanha do impeachment. Só que agora para exigir que a CPI do Orçamento vá às últimas consequências na apuração das denúncias de corrupção, casse o mandato dos parlamentares envolvidos e encaminhe a punição de todas as empresas e empreiteiras acusadas de corruptoras. "A partir do dia 11 estaremos liderando um grande movimento para que a CPI seja consequente e vá até o final nas investigações. Queremos também a interrupção da revisão constitucional, porque parlamentar de mão suja não toca na Constituição", afirmou.

Disputa. Duas chapas disputaram a direção da entidade. Uma composta por delegados ligados ao MR-8 e outra integrada pela UJS, PT, PSTU e CST. Nem houve contagem de votos. Por contraste visual ficou demonstrada a vitória da segunda. Para compor a diretoria, proporcional ao número de votos de cada chapa ficou decidido levar em conta a única votação que aconteceu no Congresso. Ela ocorreu quando MR-8 e PSTU se unificaram para defender a diretoria colegiada, enquanto os delegados da tese.

Declare guerra a quem finge te amar e do PT defenderam uma diretoria com presidente. Foi vitoriosa a proposta de eleger o presidente, por 1801 votos a 1265.

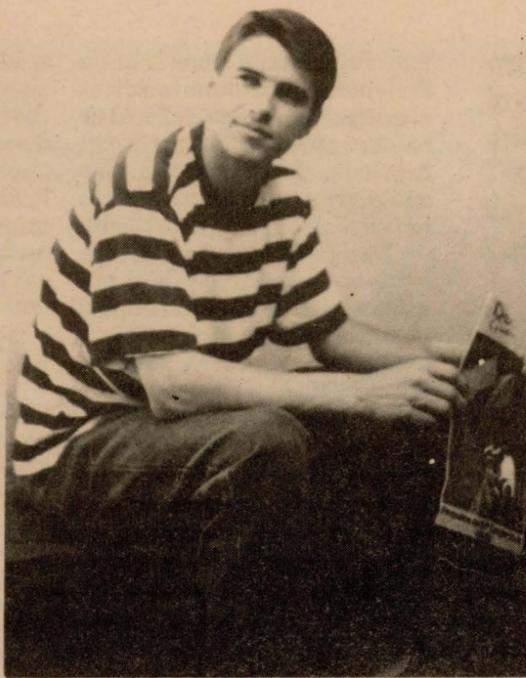
A abertura na sexta-feira, (29 de outubro), foi uma demonstração do que seria o Congresso: muita disputa, provocações e a certeza da necessidade de traçar uma

verdadeira engenharia política para garantir que o Congresso acontecesse e pudesse, no final, refletir a real correlação de forças existente no movimento secundarista. Participaram da abertura, Fernando Gusmão, presidente da UNE e Lindbergh Farias, ex-presidente, Maria Augusta Tibiriça, do movimento em Defesa da Economia Nacional, o ex-deputado e autor da lei do monopólio estatal do petróleo, Euzébio Rocha, o deputado federal do PCdoB, Aldo Rebelo, o general da reserva, Andrada Serpa, o secretário geral do MR-8, Claudio Campos, entre outros. No sábado pela manhã aconteceu o painel, "Em defesa do monopólio estatal do petróleo", com a presença de Euzébio Rocha, Bautista Vidal, que coordena o Núcleo de Estudos Estratégicos da UNB e do ex-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Andrada Serpa.

Manobras. Problemas com a infra-estrutura (o Centro de Convenções do Anhembi tornou-se pequeno para tantos delegados e observadores) e, principalmente, a disposição do MR-8 em não abrir mão da direção da entidade, não importando que para isso tivesse que blefar e provocar, retardaram a instalação da plenária final, que começou às 23 horas do dia 1º de novembro, se estendendo até às 8 horas da manhã do dia 2.

Mas o blefe e as provocações têm limites e não resistem a uma correlação de forças desfavorável somada à capacidade de fazer política.

A tática do MR-8, de inviabilizar a plenária final foi desmontada quando UJS, PT e PSTU decidiram topar que a plenária começasse mesmo que alguns delegados dessas forças tenham ficado de fora do Anhembi, sem poder entrar para votar. Uma manobra do MR-8 juntamente com a direção do Anhembi, argumentava que o local não comportava mais delegados, mas ali estavam mais de 400 observadores ligados ao MR-8. Reticentes



Joel Benin, presidente eleito da Ubes

no início, PT e PSTU foram convencidos de que, apesar do absurdo de deixar delegados sem poder participar das decisões, não era possível permitir que escapasse por entre os dedos a vitória dos

secundaristas, de consolidar a UBES e eleger uma direção comprometida com a luta, a democracia e a participação dos estudantes.

DANIEL VAZ

O 30º Congresso da UBES marcou definitivamente a unificação da entidade e colocou as coisas nos seus devidos lugares. Dividida em 1987, quando o MR-8 se retirou do Congresso e elegeu uma diretoria paralela, a UBES começou o processo de sua unificação quando um Coneg (Conselho Nacional de Entidades

Gerais) elegeu no ano passado uma diretoria provisória, composta meio a meio com pessoas integrantes das duas organizações que reivindicavam a representatividade da UBES. Essa diretoria enca-

minhou as lutas pelo impeachment e a realização desse Congresso. Mas, segundo o ex-coordenador da entidade, Mauro Panzera, a gestão deixou a desejar em algumas questões, como a implementação de uma maior democracia na entidade. A presença de MR-8, que detinha 50% dos diretores da entidade, inviabilizava uma concepção e uma prática mais democrática. "Prevaleceu a visão de que o movimento secundarista era só a UBES, sem dar maior importância para o fortalecimento dos grêmios e entidades municipais e estaduais".

A partir de agora, com a vitória da UJS e a consequente maioria na diretoria, a tendência é criar e fortalecer entidades de base pelo país inteiro. "Vamos fazer com que a UBES ocupe o seu lugar, que é o de ser a maior entidade do movimento popular", afirma Joel Benin.



Mesa de abertura do 30º Congresso da Ubes

Propostas aprovadas no 30º Congresso

O 30º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas aprovou uma plataforma de lutas para a entidade. A primeira proposta, que será imediatamente implementada, prevê a realização de um grande movimento pela ética na política e contra a revisão constitucional.

Para o dia 11 de novembro está prevista uma passeata em São Paulo, com saída às 9 horas do vão livre do Masp; deverá percorrer o mesmo caminho da primeira passeata pelo impeachment, encerrando com um ato no Largo São Francisco. Será realizada em conjunto com a UNE, CUT, CGT e OAB.

Os delegados presentes ao Congresso aprovaram a oposição ao governo Itamar e

que a UBES deverá se posicionar, apoiando um candidato à presidência da República, somente no segundo turno das eleições de 94.

Algumas questões consensuais foram aprovadas por aclamação, como: a luta por um projeto de desenvolvimento que garanta o crescimento econômico, com a eliminação das desigualdades sociais e regionais; contra o projeto neoliberal; em defesa da soberania e independência nacional; em defesa do monopólio estatal do petróleo, das telecomunicações e energia; contra o corte de verbas sociais no orçamento; manutenção do voto opcional aos 16 anos; contra a responsabilidade arimada aos 16 anos; apoio ao povo cubano e contra o bloqueio

imposto pelos EUA.

Sobre a educação foram aprovadas, entre outras propostas, a defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis; aplicação de 18% do orçamento da União e 25% do orçamento dos estados para o ensino; verbas públicas somente para escolas públicas; diretas para diretor; pela aprovação da LDB no Senado. Com relação ao ensino particular ficou decidida a luta pela aprovação e aplicação das medidas provisórias que rebaixam as mensalidades e garantem aos que não podem pagar o direito de fazer provas e assistir aulas; formação da CPI do ensino pago; por uma nova lei de mensalidade que seja reatada de acordo com os salários.

DANIEL VAZ

Saúde pública

▼A rede pública de saúde entra em coma com o sucateamento promovido pelos governos federal, estaduais e municipais. Leitos desativados, pacientes abandonados pelos corredores, médicos e outros profissionais em constantes greves, falta de equipamentos e remédios, filas intermináveis. Este o retrato do abandono

Suell Scutti

"Olhe moça, faz muito tempo. Desde que vim de minha terra. Acho que faz uns nove, dez anos." Maria Januária da Silva, paraibana, moradora de rua em São Paulo, sobre há quanto tempo não recebe assistência médica.

"Nós estamos matando gente." Dario Birolini, médico catrático do Hospital das Clínicas de São Paulo, à revista *Veja* em agosto último, sobre a incapacidade do hospital de atender a todos os pacientes.

As duas declarações reitem o caos a que chegou o sistema público de saúde no Brasil. São 34 milhões de brasileiros, ou seja 22% da população, sem acesso a qualquer serviço de saúde. Por outro lado, médicos, enfermeiros e atendentes se vêem de mãos atadas diante da impossibilidade dos hospitais públicos de atender à demanda.

Casos como o de Maria Januária se encontram aos montes pelo país a fora. Milhares de pessoas morrem não só de fome, mas de doenças que em outros tempos já haviam sido controladas como a cólera e a tuberculose. Em 1980 o Brasil registrou

169 mil casos de malária. Em 1991 chegou a 533 mil. Em 1980 havia 64 mil casos de tuberculose e em 1991 foram 69 mil. A hanseníase atingiu 14 mil pessoas em 1980 e, em 1991, foram 26 mil. Se as milhares de pessoas que moram nas ruas das grandes cidades não têm sequer alimentação, que dirá assistência médica em casos emergenciais. O Brasil tem uma taxa de mortalidade infantil das maiores do mundo: 61 mortes a cada mil nascimentos. Se muitas crianças nascem nas ruas, ali mesmo morrem sem nenhum socorro médico.

Salário anêmico. "Aqui fundamentalmente, é o aspecto salário que está impedindo as contratações", declarou à *Folha de S. Paulo* o diretor do Setor de Emergência do Hospital Ermelino Matarazzo, da prefeitura paulistana, Adnan Naser. Ele revela um dos aspectos mais cruéis do descaso com que o poder público trata a saúde da população carente. Naquele hospital, apesar de haver dezenas de vagas para diversas especialidades, apenas uma foi preenchida por médico concursado. O salário não atrai os médicos. O pre-

feito Paulo Maluf anuncia que a Prefeitura contratou mil médicos concursados, mas até o dia 28 de outubro apenas 80 estavam trabalhando. O município de São Paulo teve seu quadro de médicos reduzido de 9,3 mil para 6,2 mil.

Essa situação se repete no Estado, que tem déficit de 4 mil médicos. Um médico do Hospital Ferraz de Vasconcelos, na Grande São Paulo, recebeu em setembro por 40 horas semanais de trabalho CR\$ 24 mil. Em 1990 os médicos estaduais recebiam o equivalente a mil dólares por mês. Hoje não passa de 300 dólares em média. José Augusto Barreto, hematologista do Hospital Emílio Ribas em São Paulo, o maior centro de tratamento de Aids do país, conta que o salário dos profissionais de saúde, incluindo os médicos, está com 200% de defasagem.

"O estrago que está sendo feito na área de saúde vai demorar para ser revertido porque é muito grande", diz Barreto. Mas não é o único problema. O Emílio Ribas não tem vagas para internar todos os doentes e muitos aguardam no pronto-socorro para ser internados.

Culpa do governo. O Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo tem os mesmos problemas. "O atendimento acaba sendo demorado, muitas vezes o paciente permanece horas e horas aguardando sua vez", conta Luiz Carlos Christ, encarregado de plantão do pronto-socorro do HSPE. Ele diz que há uma soma de problemas arraigados na estrutura de

saúde pública, como déficit crônico de pessoal, laboratórios mal equipados, falta de medicamentos e materiais, equipamentos ultrapassados e muitas vezes quebrados, filas constantes. Ele informa que o tomógrafo do HSPE está quebrado há bastante tempo e o governo do Estado paga de 250 a 300 mil dólares para particulares executarem serviços de tomografia, o valor do aparelho.

"O grande culpado de toda essa situação é o governo que não investe na saúde", concluiu Christ. Dos 21 mil leitos hospitalares existentes no Estado de São Paulo, 41% estão desativados. Só a Grande São Paulo tem 2560 leitos que não funcionam.

"Temos no pronto-socorro um Carandiru por mês", sentenciou o médico do HC-SP Irineu Tadeu Velasco, à revista *Veja*, em alusão à morte de 111 presos na Casa de Detenção de São Paulo há um ano. Seu colega Birolini chegou a propor o fechamento gradativo do hospital, começando pelo pronto-socorro que atende 35 mil pacientes por mês. É o desespero tomando conta de profissionais que dedicam sua vida à medicina mas não vêem cura para a doença que acomete o maior hospital da América Latina, que atende 100 mil pessoas por mês, mas que não compra instrumento cirúrgico desde 1988.

Inversão de prioridade. No Rio de Janeiro a situação é semelhante. Dez dos grandes hospitais desativaram 2500 leitos dos

4000 existentes.

O Hospital de Posse, único da Baixada Fluminense, fechou. O Miguel Couto, que atendeu 100 mil pacientes em março, funciona só com cinco das nove salas de cirurgia. Lá, o número de mortes aumentou em 50% nos primeiros seis meses deste ano. "Nós não estamos atendendo e as pessoas estão morrendo", afirmou Laerte Vaz de Mello, presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio, à revista *Veja*. No começo do ano passado ele interditou o Hospital Getúlio Vargas, o maior da Zona Norte carioca, por denúncias dos médicos de condições subumanas de atendimento dos pacientes. O Hospital dos Servidores do Estado do Rio (HSE) tinha 700 leitos em 1957. Hoje tem só 200. Dos 14 leitos do CTI de cirurgias cardíacas restam seis que não funcionam porque os respiradores estão estragados. Há algum tempo o hospital fazia 60 transplantes por ano. De janeiro a agosto deste ano fez apenas três.

Se o caos atinge as duas maiores metrópoles brasileiras, a coisa piora nas outras regiões do país, ainda mais carentes de hospitais, postos de saúde, médicos e outros profissionais. Dos 7 mil hospitais existentes no país, 5 mil são da rede privada. Oito em cada dez leitos da rede particular mantêm convênio com o governo que lhes paga 400 milhões de dólares por mês através do agora extinto Inamps. É o Estado repassando dinheiro público para negócios privados ao invés de investir na sua própria rede.

Corte de verbas deixa rede em c

A agonia que ataca a rede hospitalar pública no Brasil tem raiz nas políticas dos sucessivos governos de cortar investimentos nas áreas sociais para pagar dívidas com banqueiros estrangeiros. É aí que a saúde entra em coma. Os gastos do Ministério da Saúde entraram em declínio

desde 1989. Em 1990 a verba do ministério era de US\$ 13,7 bilhões; em 1991 foi de US\$ 9,6 bilhões; em 1992 foi de US\$ 7,45 bilhões; e em 1993 não deve passar de 6,0 bilhões.

As verbas da saúde não têm fonte regular. Dependem da seguridade social e das dotações

orçamentárias do Congresso Nacional. O Finsocial, agora Cofins, representa 41% da receita do ministério e vem sendo sonegado já que as empresas depositaram em juízo cerca de US\$ 7,5 bilhões que não foram repassados à saúde. A contribuição sobre folha de salários representa 35,7% da

receita e vem sendo retida pelo Ministério da Previdência, que não repassou cerca de 15% do orçamento da saúde. Os recursos da Previdência significam 43% do orçamento da saúde.

Nessa situação o Ministério da Saúde se viu forçado a pedir empréstimo aos trabalhadores através do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que liberou recentemente CR\$ 30 trilhões, dos quais grande parte foi usada para pagar hospitais convênios com o Sistema Único de Saúde (SUS), em detrimento de melhoria do atendimento na rede pública.

Grupos privados. O modelo político implantado por Collor e em vigência atualmente é o de privatizar o sistema público de saúde e a Previdência, levando a uma grande diminuição do investimento governamental no setor. Em 1992 foi destinado 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) quando na maioria dos países desenvolvidos se gastam mais de 7% do PIB com o setor. Países do Primeiro Mundo dispõem em 2 mil dólares por habitante ao ano com saúde. No Brasil o gasto em 1989 foi de US\$ 81,24 per capita, caindo em 1992 para US\$ 49,1. Em outros países

em desenvolvimento o gasto é de 100 a 500 dólares per capita ao ano.

A política do governo de comprar serviços das empresas privadas de saúde (incapazes de se sustentar sem a proteção paternalista do Estado) também contribui para a falência do setor público de saúde. É a "gestão privatizada coisa pública", na opinião de Frederico Dantas dos Anjos, diretor da Federação Nacional dos Médicos, o que leva ao fortalecimento da iniciativa privada na saúde à custa dos recursos públicos.

A redução dos recursos para a área de saúde é no momento "o maior entrave para a real implantação do SUS", conforme José Hermógenes, secretário executivo do Ministério da Saúde até agosto passado. Ele diz que ao assumir, a equipe do ex-ministro Jamil Haddad tentou implementar como prioridade a descentralização dos serviços de saúde, com ênfase na municipalização; fortalecimento do controle social efetivo através dos conselhos de saúde estaduais e municipais; implantação de uma política de assistência farmacêutica para o SUS,



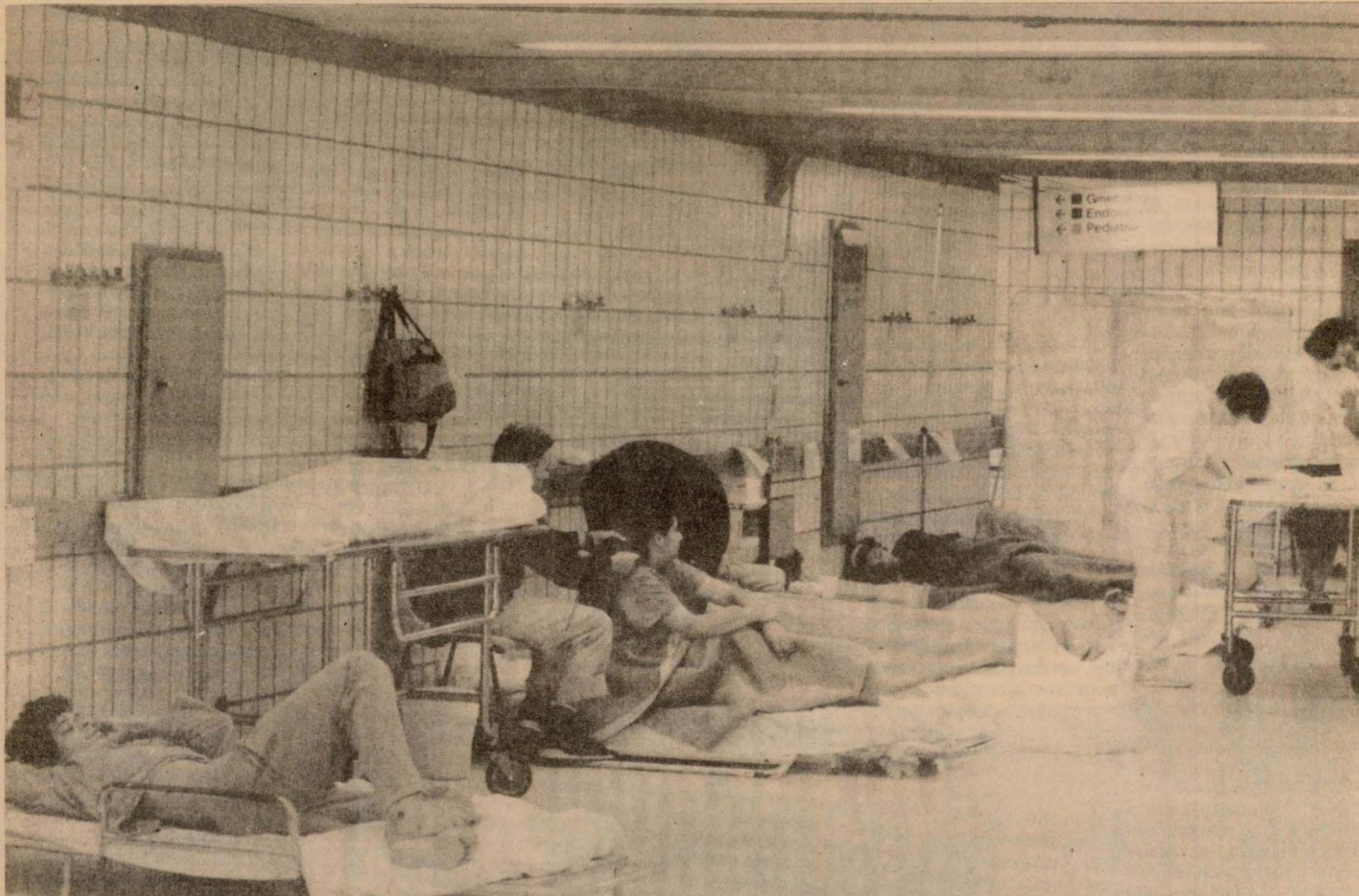
Longas filas são comuns nos hospitais públicos

EGBERTO NOGUEIRA/VEJA



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

agoniza no caos



Pacientes largados em macas pelos corredores dos hospitais: cena diária

oma

Múltiplos dominam remédios

prestigiando a produção estatal, sem reconhecer patentes para produtos fármaco-químicos; e designando remédios por seu componente químico. Essa nova maneira de fazer política não agradou às elites e o ministro acabou afastado.

Hermógenes acrescenta que a maioria dos profissionais de saúde está submetida a um brutal arrocho salarial que leva esses trabalhadores a buscar várias outras atividades, prejudicando sua atuação e aperfeiçoamento. Nesse quadro prosperam os seguros-saúde e as chamadas medicinas de grupo, que têm por trás "poderosos grupos privados", afirma Hermógenes.

Ele complementa dizendo que a tarefa do momento da população e dos movimentos de saúde é defender a Constituição, não aceitar a revisão constitucional que pode pôr fim aos artigos que garantem a existência do sistema público financiado pelo Estado; exigir o cumprimento da Lei Orgânica da Saúde; implantar na prática o SUS; garantir 30% dos recursos da seguridade social e 10% dos recursos de estados e municípios para o setor de saúde. (S.S.)

No dia 5 de abril deste ano o presidente da República e o ministro da Saúde assinaram o decreto nº 793/93, conhecido como o "decreto dos genéricos" porque padroniza o nome dos remédios pela sua fórmula química. Desta maneira o médico passa a receitar determinado remédio pelo princípio ativo que o compõe e não pela marca. A intenção do governo é a de frear abusos nos preços e na qualidade dos medicamentos vendidos aos brasileiros. Até o momento a lei não entrou em vigor por força da pressão das empresas multinacionais que continuam ganhando rios de dinheiro à custa da doença do povo. Alguns remédios chegam a custar 20 vezes mais caro no Brasil que na Europa. Ainda no governo de Collor o preço dos medicamentos foi liberado. Enquanto a inflação chegou a 1200% a alta dos remédios foi de 1608%. As indústrias alegam que o problema não é o preço mas o baixo poder aquisitivo da população.

Estudos do Ministério da Saúde, no entanto, desmentiram essa falácia. O preço dos medicamentos aqui no Brasil está muito acima do cobrado no exterior pelos mesmos fabrican-

tes. O Conselho Regional de Farmácia do Rio de Janeiro (CRF) acompanhou o preço de 27 remédios utilizados em doenças crônicas e concluiu que, entre abril de 1992 e abril de 1993, os que mais aumentaram foram aqueles mais necessitados pela população "e que os reajustes penalizaram trabalhadores e aposentados, cuja renda nem chegou a acompanhar a inflação", conforme informou o presidente da CRF-RJ, Raslan Abbas, à revista Tema da Fundação Oswaldo Cruz.

Bilionário. O mercado farmacêutico no Brasil tem faturamento anual de 3 bilhões de dólares e é considerado o nono mercado dentre as economias capitalistas. O ex-secretário executivo adjunto do Ministério da Saúde Jorge Bermudez informou à Tema que o consumo per capita no Brasil está em torno de 17 dólares por ano, o que "evidencia que uma parcela considerável da população não tem acesso à assistência à saúde e muito menos à assistência farmacêutica." Há estimativas de que 23% da população consomem 60% da produção de remédios. E esse é um mercado monopolizado por empresas estrangeiras. 35% pertencem a empresas norte-americanas. As empresas nacionais, incluindo os la-

boratórios oficiais, detêm apenas cerca de 20% dessa fatia, com destaque para o Instituto Vital Brazil (IVB), de propriedade do governo federal, localizado em Niterói (RJ), e para a Fundação para o Remédio Popular (Furp) do governo do Estado de São Paulo.

Em 1971 foi criada a Central de Medicamentos (Ceme) com objetivo de estimular e desenvolver os laboratórios públicos e os particulares de capital nacional. Porém, nos últimos anos, a Ceme se transformou em centro de interesses políticos e clientelistas estando envolvida em escândalos do governo de Collor. Para o presidente do IVB, Jorge Gomes Temporão, nesses 22 anos "o que ocorreu foi o esvaziamento e sucateamento dos laboratórios oficiais, que hoje convivem com um alto grau de ociosidade e defasagem tecnológica", disse ele à Tema.

Investimento. Para Tempo-rão a Ceme tem sido instrumento de ampliação e fortalecimento do setor privado. Ele informa que os laboratórios oficiais detêm 5% do mercado farmacêutico mas precisam de investimentos de 25 milhões de dólares em

curtíssimo prazo, já que o único que atualmente desenvolve algum tipo de pesquisa na área de fármacos é a Far-Manguinhos, da Fiocruz, no Rio.

Instituição que deveria contribuir para a promoção da saúde da população, a Ceme sofreu um "verdadeiro desmonte da equipe técnica", nas palavras de Fernando Dubeux, ex-presidente da Ceme, à Tema. Ele informou que dados da Organização Panamericana de Saúde registram que há regiões no Brasil em que se perdem de 30% a 40% dos medicamentos por desvios, arma-zenamento ou dispensação inadequada. Para Dubeux, se o país investir, por exemplo, 100 milhões de dólares na instalação de duas ou três indústrias de hemoderivados poderá em pouco tempo abastecer toda a rede pública que hoje importa 90% do que consome nos laboratórios. Temporão alerta que a presença do Estado como produtor é fundamental no setor farmacêutico por se tratar de setor "estratégico, com características específicas, dominado por empresas transnacionais, oligopolizado e onde o medicamento é tratado como uma mercadoria qualquer." (S.S.)

TEMA EM Debate

Segredos da terceirização

Altamiro Borges

Quais as consequências econômicas e sociais da terceirização. Tal questão desperta atualmente grande interesse do sindicalismo. E não é para menos. Afinal, esta estratégia patronal, que não é nova, vem sendo usada com maior intensidade nas empresas brasileiras nos últimos anos e seus efeitos no chamado mundo do trabalho são dramáticos.

Para responder à pergunta acima, importantes pistas podem ser encontradas nos livros dos badalados "consultores de empresas". E o que não falta hoje em dia no mercado editorial são obras deste tipo. Entre estes livros, dois recém-publicados - *Manual de Terceirização*, de Carlos Queiroz, e *Terceirização e Multi-funcionalidade*, de Frank Davis, têm exatamente como objetivo demonstrar aos patrões as "enormes vantagens" desta estratégia.

Eles, evidentemente, não abordam a terceirização sob a ótica dos trabalhadores. No máximo, afirmam que esta técnica pode "humanizar as relações de trabalho" mas sem apresentar qualquer comprovação. O interesse das agências de consultoria, muitas delas movidas a dólar, é o de mostrar a viabilidade econômica da terceirização. Como ela pode resultar no aumento dos lucros. A lógica é a do capital, e não a do trabalho.

Mesmo assim, estas obras acabam revelando alguns segredos do patronato - que aparecem nas estrelinhas, de maneira cifrada. Nos livros citados, as grandes metas da terceirização são pontuadas. Ambos comentam que, ao transferir para "terceiros" várias atividades que não se relacionam diretamente aos seus fins produtivos, as empresas reduzem custos operacionais, otimizam serviços e elevam os níveis de produtividade. Eis os objetivos maiores. O resto é detalhe.

Com outros termos, os autores também reconhecem que o recente avanço da terceirização está diretamente relacionado com a própria crise do capitalismo. Com a vertiginosa retração do mercado mundial, as empresas precisam aumentar a sua capacidade competitiva. A terceirização seria um dos remédios para evitar a falência - juntamente com as inovações tecnológicas e as novas técnicas de gerenciamento. Quem não adotá-la, fica "na contra-mão da história" - diz Davis.

E quanto às consequências sociais? Davis, por exemplo, fala da possível resistência dos trabalhadores que serão "deslocados" (em outras palavras, demitidos) com a terceirização. Ele também se refere à necessidade urgente de implodir vários departamentos, inclusive o de recursos humanos - baita ironia! "Dentro do conceito de terceirização e multifuncionalidade, a necessidade deste profissional passa a inexistir". A lista de implosões é imensa, tomando a maioria das páginas do seu livro.

Já Carlos Queiroz é mais hábil. Aposta que a terceirização cria empregos - tese questionada em recente estudo do Dieese. Em outra parte, critica os empresários que usam esta técnica com objetivo de reduzir "os encargos legais e sociais, os benefícios e os salários" - como se esta não fosse a sua lógica intrínseca. Aborda, desta forma, um dos principais efeitos negativos da terceirização, que é a precarização das condições de trabalho nas empreiteiras que pagam menos, retiram benefícios sociais e, em muitos casos, nem registram os trabalhadores.

Outro segredo revelado pelos autores é que a terceirização não tem apenas objetivos econômicos. Ela tem ainda um fundo altamente político. Um deles, o de evitar a eclosão de conflitos - cortando o mal pela raiz. Davis não escamoteia. Referindo-se às greves dos metalúrgicos, observa que "invariavelmente os conflitos tinham suas origens na ferramentaria. Por que então não terceirizá-la". Mesmo a transferência de alguns negócios para trabalhadores iludidos, via pequenas empreiteiras, tem este nítido objetivo político.

Neste ponto, Carlos Queiroz deixa a cautela de lado. Ao enumerar "os ganhos empresariais", argumenta que a terceirização "pulveriza a ação sindical" e "cria condições de desmobilização para movimentos grevistas". No seu "manual de procedimentos", ele chega a recomendar que as empresas fiquem "atentas e preparadas para esquemas emergenciais, por exemplo: greves de funcionários da empresa prestadora de serviços" - que comprometem o projeto de terceirização.

Como se observa, estes livros, mesmo tendo como público alvo os empresários, dão importantes dicas para que o sindicalismo possa entender e interferir no processo de terceirização. Muitos segredos, que não são falados abertamente, aparecem escritos nestes textos - dependendo unicamente de uma leitura crítica.

Resistir e produzir!

Marcos Ruy

Com a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um comboio com cerca de 900 automóveis com lavradores vindos de 24 municípios da região ocuparam as fazendas Jangada e Ribeirão dos Bugres, da família Ribas, no subdistrito de Macucos, em Getulina (SP), na madrugada do dia 9 de outubro passado. Para o integrante da Comissão de Organização da ocupação, Silvio Cândido, a área foi escolhida porque a terra é boa e está inativa. E apesar da Justiça local determinar o "Interdito Proibitório", menos de 24 horas após a ocupação, os lavradores resolveram permanecer e lutar até o fim. Isso ocorre, explica Cândido, porque eles não têm mais nada a perder e estão dispostos a tudo para conseguir "o sonho de um pedaço de terra para plantar".

Os sem-terra estão acampados em círculo, próximo a um rio que corta as fazendas. Há, também, nas proximidades uma bica com água potável. As barracas, com uma família cada, estão enfileiradas formando ruas entre elas para facilitar o trânsito e a comunicação, caso aconteça algo estranho. Existe um almoxarifado central, onde são armazenados os alimentos que os próprios lavradores trouxeram,



Acampamento em Getulina (SP)

ali se cozinha e as refeições são coletivas. Há ainda uma farmácia que funciona 24 horas, para atendimentos imediatos.

Após a liminar concedida pela Justiça para a desocupação e o envio de tropas da Polícia Militar, os sem-terra organizaram um esquema de segurança extremamente rígido, ninguém entra ou sai sem comunicar à Comissão Dirigente do acampamento. Há grupos de camponeses "armados" de foices e facões espalhados em pontos estratégicos, evitando assim qualquer surpresa. Caso o presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), Oswaldo Russo, defina as propriedades como produtivas e a PM tente fazer valer a liminar de desocupação na marra, as consequências podem ser desastrosas, pois ali se encontram cerca de 7 mil pessoas (sendo 1.640 crianças e cerca de 2 mil mulheres). Segundo Cândido, há forte determinação em resistir, porque "ninguém tem mais nada a perder". O presidente do PCdoB de Lins, cidade polo da região, André Luis Martin, esclarece que o partido tem dado todo apoio à luta dos sem-terras.

A Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, ligada à União Democrática Ruralista (UDR), fez uma reunião dia 30 de outubro, em Lins, onde elaborou a "Carta de Lins". Neste documento diz que "as invasões violentas e selvagens de propriedades rurais, orquestradas por pessoas que detestam viver sob o manto do Direito e da Justiça, causam preocupação, insegurança e revolta junto aos agricultores." Para os lavradores, contudo, estas fazendas não cumprem sua função social e "não estão contribuindo para o crescimento econômico de Getulina e região", diz Cândido.

Qualquer que seja a decisão de Oswaldo Russo sobre a produtividade das fazendas, percebe-se no acampamento a forte determinação em permanecer ali até uma solução negociada para o conflito. Muito bem organizados e preparados para tudo, eles reafirmam o lema do MST: "ocupar, resistir e produzir!"

A boa terra!

Enquanto em Getulina, os sem-terra lutam para conquistar a terra, na vizinha Promissão (SP), existe um grupo de lavradores assentados desde 1987. Após um breve período acampados em beira de estradas, esse grupo conseguiu ocupar a fazenda Reunidas, também da família Ribas, desapropriada pelo Incra em 1986. Após 47 reuniões entre ocupantes e Incra, o governo decidiu assentar 638 famílias na Reunidas.

Para melhor enfrentar a concorrência dos latifundiários, é que 37 famílias resolveram criar a Cooperativa de Produção Agropecuária Pe. Josimo Tavares (Copajota), afirma Maria José Bezerra, secretária geral da cooperativa. Fundada em 29 de março de 1992, a Copajota conta com 85 sócios que representam 160 pessoas, possui uma área cultivável de 561 hectares e produz principalmente: milho, feijão, arroz e algodão. Também efetua uma cultura de subsistência onde planta verduras e cria porcos, galinhas e vacas leiteiras. A renda atual de cada família corresponde a 2,61 salários mínimos, independente do que é produzido para consumo interno. Maria José acentua que no final de cada colheita as sobras são distribuídas entre as famílias, conforme participação no trabalho, de acordo com o número de horas trabalhadas.

Vinculada ao Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) e à Confederação



Maria José Bezerra

SORAYA P. DA SILVA

das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (Concrab), a Copajota é internamente organizada em oito setores de trabalho: agricultura, máquinas, pecuária, horta, creche, cozinha, estrutura e administrativo. "Cada setor tem um coordenador que junto com a diretoria formam o conselho deliberativo. Todos os setores juntos analisam, propõem e encaminham os trabalhos aprovados em assembléias", explica Maria José. Também há uma área de mo-

radia, a Agrovila Copajota, com 6,05 hectares.

Com bolsa de estudo fornecida pela Igreja Católica, Maria José estuda Administração para exercer essa função na Copajota. Há ainda estudantes de contabilidade, pedagogia e do curso magistério, cada qual para exercer uma função junto à comunidade. As crianças têm escola até o quarto ano do primeiro grau no local e os jovens estudam nas escolas de Promissão, transportados por ônibus fornecidos pela Prefeitura.

Segundo Maria José, essa organização tem possibilitado à Copajota atingir o índice de 35% de toda a produção agrícola da região e 25% da arrecadação do ICMS de Promissão para a comunidade. Maria José não quer contratar mão de obra, pois os sócios não deram conta de tanto trabalho", acentua. Isso mostra que a reforma agrária dá resultados. (M.R.)

Internacional

Êxitos do Partido Comunista do Canadá (ML)

▼Realizou-se de 8 a 11 de outubro, na cidade de Toronto, o 6º Congresso Nacional do Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista). O Partido Comunista do Brasil esteve presente juntamente com diversas delegações estrangeiras

Renato Rabelo
Membro do CC do PCdoB

O PCdoB esteve presente no 6º Congresso do PCC(ML) juntamente com delegações de partidos comunistas, organizações revolucionárias e personalidades da Índia, Grã-Bretanha, Irlanda, Estados Unidos e Trinidad Tobago. O congresso decorreu em pelo auge das eleições parlamentares nacionais do Canadá, num contexto de crescentes mudanças políticas nesse importante país do norte. Com a presença de delegados vindos de todo o país e em clima de grande entusiasmo, o Congresso contou com ampla participação dos presentes, sem formalismos rituais ou congressuais inibidores.

Reafirmação. O 6º Congresso teve um eixo bem demarcado em todo seu roteiro, ao procurar demonstrar a existência de uma alternativa teórica, ideológica e política nas condições atuais de uma crise profunda do capitalismo e de refluxo da revolução. Ele reafirmou sua linha geral ao concluir que os problemas modernos da crise do capitalismo não poderão ser resolvidos, por isso reafirmou a luta pelo socialismo. Também apresentou sério esforço na definição do programa tático e na elaboração de uma solução política na situação presente de seu país. Ainda localizou que a lentidão do crescimento econômico, a perspectiva de taxas de desemprego elevadas, acarretaram significativos deslocamentos econômico-sociais, originando uma crise política e multilateral.

No Canadá a situação se iguala à crise econômica mundial. Apesar de ser um país de capitalismo desenvolvido, grandes recursos, imenso território e população relativamente pequena, atravessa período de acentuada recessão, conta com pesado déficit público, grande dívida externa, sucateamento de importantes setores industriais, desemprego em crescimento e surgimento de considerável camada marginalizada da população.

Diante dessa situação o Congresso demonstrou que o PCC(ML) superou a fase mais intensa das pressões liquidacionistas, originadas no ápice da onda antisocialista e procurou construir uma alternativa que lhe colocasse no meio da vida política canadense. Assim, sua orientação passou a se fixar na mobilização dos trabalhadores e



Renato Rabelo saúda o 6º Congresso do PC do Canadá (ML)

das massas populares na condução do movimento pela renovação do processo político e para lutar por uma nova direção econômica a favor do povo. Tendo em vista essa via, o Partido assumiu a frente da luta pela renovação do federalismo e da democracia, conseguindo destacada vitória no plebiscito de 1992, quando esteve na cabeça do Comitê "Vote não em 26 de outubro", da formação do Conselho Nacional pela Renovação e finalmente da fundação em abril deste ano do Partido Canadense da Renovação, como forma prática de frente-única visando atingir esse objetivo.

O referendun do ano passado fazia parte do jogo das forças dominantes do Canadá em garantir o status quo, convocando o povo para aprovar um "Relatório Consensual sobre a Constituição", elaborado pelo núcleo dos setores predominantes da sociedade. O povo disse não, contrariando as pretensões dos poderosos. Um movimento de renovação político-institucional começou a ganhar impulso.

Constituição soberana. O Canadá ainda não possui uma Constituição soberana elaborada por seu próprio povo. Funciona como Lei fundamental o conjunto de uma Lei Constitucional de 1867 e outra Lei Constitucional de 1982. A primeira Lei de 1867 estabeleceu um governo autônomo mas, ainda, submetido a autoridade da Corte e do Parlamento inglês nos negócios judiciários do Canadá. Esse tipo de subjugação só foi abolida em 1949. E, somente, em 1982 é feita a repa-

riação da Constituição, com a desautorização do Parlamento britânico quanto ao direito de emendar a Constituição e de vetar qualquer matéria legislativa canadense.

O PCC(ML) considera que o Canadá amadureceu para transformações políticas importantes e vive hoje a etapa da renovação da democracia e da federação, cujos componentes principais são: 1) Necessidade de renovar a ordem de divisão dos poderes, estabelecida desde 1867 e ainda persistente; 2) Corrigir os arranjos coloniais ainda prevalentes sobre a província de Quebec e as nações indígenas; 3) Igualdade de direitos para os cidadãos de 45



Renato Rabelo e Hardial Bains, presidente do PC do Canadá (ML)

nacionalidades diferentes que compõem presentemente o país. Em resumo, a questão da renovação política do Canadá tem suas particularidades. É um problema concernente à nação e em particular à federação, pelo modo em que foi formada, com toda sua herança do direito constitucional e não constitucional inglês em contradição com seu estágio atual de desenvolvimento.

A evolução política nesse país se aprofunda em dois polos bem demarcados: de um lado, os grandes partidos, as instituições governamentais tradicionais, os grandes bancos e a Confederação patronal estão contra a renovação política, exprimindo a von-

tade jurídica do país, a Constituição; do outro lado encontra-se a vasta maioria da população, constituindo a vontade popular, reclamando por renovação. Essa realidade alimenta a crise, em consequência da inexistência de correspondência entre a soberania jurídica e a soberania política. Segundo o PCC(ML) essa contradição não será resolvida sem um desfecho da crise constitucional, ou mais precisamente, sem o reconhecimento da necessidade de redigir uma nova Constituição que renove sua federação e defina nova formação política, elaborada e compreendida por todos os canadenses e não somente por aqueles de tradição inglesa. com base nessa constatação.

O 6º Congresso tomou importante decisão de lutar com todo o povo pela eleição de uma Assembleia Constituinte a fim de redigir a Lei fundamental do país e como alternativa imediata no plano econômico,

aos cortes dos programas sociais e ao aumento das taxas de impostos, propôs uma moratória do pagamento da dívida externa; eliminação de todo apoio do Estado aos monopólios; congelamento da compra de armamentos e aumento dos recursos nos setores da educação, saúde e assistência social; incriminação e punição daqueles que contribuem para o caos econômico.

Crise do capitalismo. É importante destacar a coincidência de questões projetadas pelo capitalismo atual em todo o mundo, mesmo nos países capitalistas desenvolvidos, denominados de primeiro mundo. A crise econômica

transborda para o âmbito da crise política, a qual assume dinâmica própria. A preocupação dos povos se volta para premência do desenvolvimento econômico, cada vez mais reduzido e o ritmo lento nas condições do capitalismo "moderno", levando à perda crescente dos postos de trabalho e dos direitos sociais. No plano político, o sistema de partidos e o processo político estão progressivamente desacreditados.

O poder político não representa mais, politicamente, o conjunto do eleitorado. Este percebe que não possui nenhum poder. As contradições entre os que possuem o poder real, em parcela cada vez menor, e a grande maioria que compõe um poder formal, condicionam anseios progressivos de renovação e de mudanças políticas. Os debates do 6º Congresso e a realidade que presenciei no Canadá comprovam tal situação. O Partido Comunista do Canadá (ML) participou das eleições nacionais em curso, realizadas no final de outubro passado. a plataforma tática referendada no seu Congresso já vinha sendo defendida na campanha eleitoral, na qual o tema da renovação política foi ocupando lugar central. Ele lançou candidatos a deputados federais em 51 distritos eleitorais. Aí o sistema eleitoral é distrital puro. O resultado das eleições demonstram mudanças significativas na situação política desse país. Surgiu um novo quadro que muda o que persistia há mais de 100 anos. O Partido Conservador sempre no poder, perde sua posição secular e fica reduzido a apenas duas cadeiras no Parlamento Nacional.

Mudanças. O anseio de renovação e mudança é mais uma vez expresso na forma e no nível que as eleições atuais possibilitaram. Venceu o Partido Liberal, que representa setores interessados em manter caminho próprio, autônomo em relação aos Estados Unidos, voltados mais para a América Latina e a Europa. Cresceram também os partidos que defendem posições separatistas e racistas no extremo da polarização política. O PCC(ML) propôs após o pleito a convocação de uma Conferência dos pequenos partidos e conclamou os trabalhadores e o povo em geral para reforçar o movimento de renovação política, visando a convocação de uma Constituinte.

Portanto o PCC(ML) vai ocupando no curso da vida política canadense um papel de destacada força de esquerda, não se deixando isolar, começando a criar as condições táticas e forjando suas forças para jogar um papel político, cada vez mais importante e importante para os trabalhadores e as camadas progressistas, no rumo dos seus objetivos maiores.

ARQUIVO

ARQUIVO

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Internacional

Inglesas: de volta ao passado

▼ A prisão, em agosto passado, de uma jovem mãe que durante alguns meses deixou sua filha de dois anos em casa, sozinha, enquanto ia trabalhar motivou um intenso debate na sociedade inglesa. No mesmo mês um jornal local publicava indicadores que mostram um retrocesso na situação das mulheres na Inglaterra

Clara Araújo
de Londres

Setores governamentais ingleses vinculados à área social, psicólogos, criminologistas, feministas e meios de comunicação começaram a indagar se seria ela uma criminosa. Junto vieram outras indagações relacionadas à família, moral, relação indivíduo-Estado e à posição da mulher nesse contexto. A jovem mãe, de apenas 23 anos, foi sentenciada a seis meses de prisão. Morando sozinha com a filha, ela argumentou que mesmo sabendo ser aquela situação dolorosa e ruim para a criança, não lhe restava outra alternativa, uma vez que o salário que ganhava não lhe permitia pagar uma creche ou uma pessoa que tomasse conta da filha e, ao mesmo tempo, comprar comida e roupa para a criança e ela própria.

Pior que cachorro. Sugestões de ajuda não vieram. De acordo com o juiz que julgou o caso, ela havia tratado a filha pior do que a um cachorro. E a condenação moral talvez tenha sido o pior. Afinal, julgando superficialmente, o que fica é simplesmente a idéia de uma "mãe desnaturada".

Imediatamente o governo e alguns meios de comunicação desferiram uma saravada de acusações, não apenas contra esta mãe, mas contra as "single-mothers" (mães solteiras ou separadas) em geral. Como se estivessem em uma cruzada moral contra estas, citavam estatísticas que mostravam o aumento do número de adolescentes grávidas e supostos estudos que vinculavam o aumento da delinquência entre os jovens ingleses com a dissolução de casamentos ou inexistência de uma família nuclear.

Tratando de explorar emocionalmente o caso, o governo aproveitou a oportunidade para anunciar a disposição de adotar uma série de restrições na área de benefícios sociais e que atingiram particularmente as "pouco responsáveis" (como foram chamadas) mães solteiras ou separadas. Benefícios como "child-benefit"



Na Inglaterra as mulheres perdem direitos conquistados

(uma parca ajuda financeira que a mãe ou o pai recebe por cada criança até os 16 anos de idade) e o destinado a ajudar o pagamento de aluguel de pessoas desempregadas ou com salário muito baixo seriam assim alvo de restrições. Além disso, foi anunciada também a intenção de redefinir prioridades para o financiamento da casa própria já que, de acordo com o governo inglês, seriam os pais ou mães nesta condição (leia-se mães) os responsáveis pelo enorme aumento de espera da casa própria.

Crise. O pano de fundo de tudo isto parece ser um só. A profunda crise econômica e social por que passa esta que já foi a maior potência mundial. E a tentativa de jogar o ônus sobre os setores mais vulneráveis, entre eles, mais uma vez, as mulheres. O decadente capitalismo inglês, que tem seguido à risca o tão apregoado neoliberalismo, tem hoje três milhões de desempregados (o índice mais elevado desde 1930), profundos cortes em investimentos em áreas sociais, privatização dos serviços públicos e redução de muitos benefícios conquistados pela luta dos trabalhadores.

O discurso usado pelo governo no episódio tinha dois objetivos. Achar mais um bode expiatório para os problemas sociais gerados pela crise e, ao mesmo tempo, cortar ainda mais a responsabilidade financeira do Estado na área social. Assim, áreas como a de saúde, considerada até há pouco tempo como uma das melhores da Europa, têm sofrido uma piora considerável, com privatizações de hospitais e cortes financeiros em vários programas, inclusive o de planejamento familiar. O mesmo acontece com educação e transporte. Por outro lado, algumas políticas públicas já bastante ruins estão sendo praticamente extintas. É o caso, por exemplo, das áreas relati-

vas aos direitos trabalhistas de maternidade e paternidade e a da responsabilidade do Estado para com as crianças.

Segundo algumas feministas, o papel da mulher na família inglesa tem sofrido retrocesso nos últimos 15 anos, agravado pela ausência de políticas sociais que lhes permita diminuir o encargo com o cuidado das crianças. O resultado é a piora na esfera do trabalho pago e reforço do tradicional papel da mulher.

Desigualdade. Embora se orgulhe de ter uma das legislações mais avançadas do mundo, no que diz respeito a igualdade entre os gêneros, a Inglaterra ocupa uma das piores posições na Europa em termos de direitos relativos a maternidade/paternidade e em termos de políticas de apoio e suporte ao cuidado das crianças, ocupando um dos últimos lugares dentro da Comunidade Econômica Européia. Inexiste qualquer tipo de licença-paternidade.

No que diz respeito à maternidade, a legislação na prática reforça a desigualdade. De acordo com as leis, a mulher só adquire direitos trabalhistas (direito de não ser demitida sem indenização, por exemplo) e licença-maternidade, depois de trabalhar dois anos seguidos, no mínimo, em regime de tempo integral. Para as mulheres que trabalham em tempo parcial (16 horas ou menos) este direito só é garantido após cinco anos de trabalho ininterruptos. Ocorre que mais de 59% das mulheres inglesas que trabalham o fazem em tempo parcial.

Do ponto de vista salarial, a licença-maternidade, de 14 semanas, não é paga integralmente. As mulheres recebem 90% do salário até a sexta semana. A partir daí, o governo paga uma mensalidade irrisória (para os padrões ingleses) até serem completadas as 14 semanas.

Filho só da mãe. O Estado intervém em situações como a citada no início deste artigo, julgando e se arvorando guardião e defensor da integridade infantil e estabelecendo responsabilidades sobre o seu tratamento. Ao mesmo tempo o seu discurso tem sido o de que o Estado só tem alguma responsabilidade com as crianças a partir dos cinco anos de idade, e que até lá este é um problema da esfera privada familiar.

Com este discurso o Thatcherismo foi arrasando com o pouco que havia de instituição pública destinada à criança. Hoje o governo mantém apenas poucos lugares públicos onde as crianças podem estar por, no máximo, três horas. Mais de 95% das creches do Reino Unido são privadas e extremamente caras. Além disso, são em número insuficiente, o que faz elevar ainda mais o preço.

A proporção é de um lugar para cada nove crianças e, pior ainda, menos de 1% das crianças abaixo de três anos consegue um lugar em creche subsidiada e, se após os cinco anos, a escola pública é ainda considerada de boa qualidade e de fácil acesso, do ponto de vista dos pais (particularmente da mãe) permanece uma séria limitação em relação ao horário, uma vez que o turno escolar, que inicia às 9h15, termina às 15 horas, em pleno horário de trabalho. Assim, mesmo quando as crianças já são maiores de cinco anos, para as mães permanece uma limitação quanto a um trabalho em tempo integral.

Esta realidade torna-se ainda mais complicada, uma vez que a característica da família inglesa é basicamente nuclear, com pouco envolvimento de outros parentes, mesmo os pais. Não existe a figura da empregada doméstica. Para as mulheres inglesas, o que pa-

recia ser algo do passado, tem-se tornado cada vez mais presente: maternidade, casa ou trabalho? A opção pelas duas coisas tem um preço cada vez mais alto.

Moral vitoriana. De acordo com pesquisa publicada no jornal *Gazeta de Emprego*, as mulheres gastam, em média, 25% de seu salário com creche para cada filho. Segundo Jean Grant, diretora da Aliança Nacional de Organizações de Mulheres, uma em cada três mães que trabalham fora gasta mais de 50% de seu salário em creche. Para as mães que moram só com os filhos, esta é uma situação ainda mais grave. Calcula-se que 75% destas vivam no que se considera estado de pobreza. Provavelmente a situação em que se encontrava a jovem que foi sentenciada à prisão.

De acordo com Jane Grant, a luta por creches e suporte para as crianças deve ser hoje a principal reivindicação do movimento de mulheres, uma vez que atinge uma grande parcela de mães e tem trazido muitas consequências para a vida profissional das mulheres aqui na Grã-Bretanha. E a política do governo tem sido a de dar cada vez menos importância a essa realidade.

No sentido contrário ao esperado, o governo inglês tem dado importância, ou seja, tem aberto guerra contra as "irresponsáveis jovens mães e tem feito uma veemente defesa da família e do papel dos pais (entenda-se mães) dentro dela, reforçando assim valores bem tradicionais e tentando "resolver" o problema do desemprego. É importante lembrar que a Inglaterra vem de uma moral vitoriana extremamente rígida com uma filosofia repressiva em relação às mulheres, sexualidade etc. Não é à toa que organizações como a "Famílias precisam de pais" (a figura do sexo masculino) têm crescido, reforçando a idéia do papel masculino e a de que as mães devem priorizar o seu papel na família.

O número de mulheres que terminam por sucumbir a esta pressão tem crescido nos últimos anos, juntamente com a idéia de que não vale a pena ganhar pouco, não ter perspectiva de ascensão e ainda suportar os encargos e a pressão doméstica. Entretanto, não se pode dizer que exista uma aceitação das mulheres a esta situação. Mas, por falta de opção, quanto aos encargos domésticos e reforçada pela recessão, o que se vê é a "opção" feminina pelo emprego parcial. O que, de acordo com o Departamento de Emprego, seria a flexibilização do trabalho, ideal, em oposição à idéia de trabalhar e ter família. Mas seria esta uma opção ou o resultado da falta de opção?

MUSEU DE LONDRES

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Crubois

Internacional

A moral da nova ordem

"Que Jesus Cristo, que é Deus, tenha sido tentado pelo Demônio, é um conto das Mil e uma noites". (Denis Diderot, Pensamentos Póstumos)

Sérgio Barroso

Coordenador nacional da CSC

Pouco interessa a Carol Woitilla, atual chefe do guichê do Vaticano, que em outubro último passaram 280 anos desde o nascimento do grande enciclopedista e revolucionário francês Diderot. O Papa -um histérico conspirador anticomunista-, fazendo jus à sua função de teórico espiritual da decrépita ordem burguesa, publicou em outubro uma nova Encíclica: *Veritatis Splendor*(1). A peça, tão longa quanto ridícula, é um documento da Idade Média na época da clonagem de embrião humano, anunciada também em outubro pelos cientistas Halle e Stillman da Universidade George Washington. A Encíclica reafirma a condenação absoluta do aborto, da masturbação, da eutanásia, do uso de preservativos, da pesquisa biogenética em humanos (claro!). E revelando o desespero de uma doutrina adormecida num sarcófago, ameaça seus fiéis: "Os cristãos têm por honra obedecer a Deus antes que aos homens e, por isso, aceitar inclusive o martírio..." (2)

Amontoado de apelos. Não é coincidência ser o documento um amontoado de apelos (e ameaças) às tentações de uma moral dilacerada. Moral de uma ordem burguesa aos pedaços (administrada por Deus, é óbvio), num estranho "mundo onde o bem sempre estaria misturado com o mal..." (?) (3) Este mal seria uma tal de "cornucópia permissiva" (um grande corno da ganância permissiva!), segundo o renomado estrategista norte-americano Z. Brzezinski. Para ele o mal é *ocidental* e se manifesta especialmente nos Estados Unidos, bastião da Nova Ordem imperialista.

De acordo com o cientista político, nos EUA o problema racial e a pobreza se agravam, há disseminação do crime e da violência, difusão da cultura das drogas, difusão em massa da corrupção moral pelos meios de comunicação visual, geração da desesperança social etc. (4) A salvação, afirma Brzezinski, é a elaboração de um novo "código moral comum" pelos EUA que sirva de atrativo para outros povos, politizando assim o desvario papal.

Também o primeiro-minis-



tro inglês John Major veio recentemente com essa conversa fiada. Major, nas últimas convenções regionais do Partido Conservador britânico (também em outubro!) saiu-se com essa: "Basta de permissividade! Chega de permissividade e indisciplina...o que os britânicos precisam é de *mais conservadorismo*."

Especulando sobre o futuro e a crise que assola o "Ocidente" (e que se materializa geopoliticamente na Nova Ordem), o diretor do Instituto de Estudos estratégicos de Harvard, Samuel Huntington, separa a questão em civilizações; diz que a chave é "limitar a expansão do poder bélico de civilizações potencialmente hostis, sobretudo a confuciana e a islâmica", destaca a divisão entre cristianismo e islamismo, recomendando ao Ocidente uma "compreensão muito mais profunda dos pressupostos filosóficos e religiosos" que alicerçam outras civilizações para subordiná-las. (5)

lanques abastardam a nova ordem? A julgar pelas recentes derrotas na Somália, pela

desmoralização que vem sofrendo no caso do Haiti e na prolongada paralisia em que está metido na guerra da Bósnia, a resposta é sim. Mas seria tolice imaginar que Clinton, Warren Christopher (secretário de Estado), L. Aspin (secretário de Defesa), T. Lake (Conselho de Segurança Nacional) e Madeleine Albright (embaixatriz na ONU) agem vacilantemente como querem neoliberais "puro-sangue" da Europa e dos EUA. Influente articulista do jornal inglês *The Guardian*, por exemplo, chega a afirmar que Clinton, desiludido com a cooperação multinacional, "recusa o papel de polícia do mundo". (6)

Crise moral? Vacilação? O buraco é mais embaixo, ou melhor, o corno é mais em cima. É o que mostra cabalmente o inglês Paul Kennedy, num excelente artigo publicado em março último, *O futuro dos Estados Unidos*. O cauteloso professor de Yale insiste, sete anos depois de *Ascensão e queda das grandes potências*, em relativizar a decadência do império norte-americano. Mas como a dialética materialista é implacável com a

metafísica, as próprias informações de Kennedy deixam a superpotência em declínio sem saída.

1- Os EUA gastam 300 bilhões de dólares por ano com segurança militar. Em 1988 mais de 65% do dinheiro federal para pesquisa e desenvolvimento foram tragados com gastos para defesa. A corrida armamentista de então deixou as mãos livres de Japão e Alemanha, o que "solapou partes da base industrial norte-americana", relata Kennedy.

2- Em 1960 o déficit federal total era de 59,6 bilhões de dólares e a dívida nacional de 914,3 bilhões; em 1991 o déficit subiu para 300 bilhões de dólares e a dívida nacional alcançou a astronômica cifra de 4 trilhões de dólares. Pagando 300 bilhões de dólares anuais apenas de juros da dívida nacional, Clinton, diz Kennedy, já recua dos compromissos de campanha para reduzir o déficit à metade, ao tempo em que assegura ser o fato isolado mais importante terem as taxas de crescimento econômico considerado na últi-

ma terça parte deste século em comparação com a terça parte anterior."

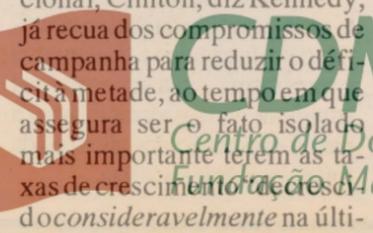
3- A competição estrangeira está corroendo a outrora incontestada indústria norte-americana. Ramo após ramo ela vai aumentando o déficit do comércio exterior de mercadorias, de modo que em fins da década de 80, de oito setores manufatureiros essenciais (automóveis, química, aviões comerciais, eletrônica ao consumidor, máquinas-ferramentas, semicondutores/computadores/copiadoras, aço, têxteis) apenas o químico e aviões comerciais produziam excedente exportável. O déficit, como se vê, vai de setores como o têxtil até -o que é pior- os de alta tecnologia como máquinas-ferramentas computadorizadas.

4- Por incrível que pareça, os EUA possuem a mais alta taxa de mortalidade infantil entre os países mais importantes dos industrializados. Detém a posição mais baixa, dentre aqueles, com relação à esperança de vida e números de consultas médicas. Ora, segundo informa Kennedy, a renda real por semana vem caindo desde 1973: hoje os gerentes ganham mais de noventa vezes do que os operários, quando em 1980 o máximo alcançava 40 vezes. Vivendo em favelas e cortiços, 20% de afro-norte-americanos e 20% de hispânicos ganham abaixo do limite oficial de pobreza. Como desgraça pouca é bobagem mesmo, impressiona que os EUA, com cerca de 4% a 5% da população mundial, consuma 50% da cocaína mundial! Em 1989, apenas neste ano, 375 mil norte-americanos nasceram viciados em cocaína e heroína, principalmente. Por outro lado, calcula-se que os norte-americanos possuam 68 milhões de revólveres e 120 milhões de armas longas, tendo a taxa de crimes violentos per capita crescido 355% de 1960 para cá. O texto de Kennedy traz outras importantes revelações. E muitas ponderações. Ponderações que nada têm a ver com a constatação de Brzezinski que no mesmo texto acima assevera: O mundo parece um avião, pilotado por automático, que não sabe onde vai parar. E embora o senhor Woitilla não desejasse, a crise norte-americana impõe um "vadre retro" Nova Ordem!

Notas

1- *Veritatis Splendor* = O esplendor da verdade 2- *Veritatis Splendor*, parte 6, O Estado de S. Paulo, 12/10/93 3- *Centro de Documentação e Memória Reflexões para o futuro*, editora Abril, 1993

5- *Idem* 6- O Estado de S. Paulo, 24/10/93.



CONSCIÊNCIA

Socialista

O Movimento Sindical e a luta pelo socialismo

Nivaldo Santana
Presidente do Sintaema-SP

"Na encruzilhada histórica em que se encontra o Brasil, somente o socialismo científico, tendo por base a classe operária, os trabalhadores da cidade e do campo, os setores progressistas da sociedade, pode abrir um novo caminho de independência, liberdade, progresso, cultura e bem-estar para o povo, um futuro promissor à nossa Pátria". Esta afirmação consta do projeto de programa socialista do PCdoB em debate no Partido.

A necessidade de lutar, desde já, pelo socialismo, parte da compreensão de que a crise estrutural do Brasil não tem solução nos marcos do capitalismo e pelas mãos das atuais classes dominantes. Tal visão reclama tarefas novas e mais amplas para quem atua no movimento sindical, particularmente para os defensores do sindicalismo classista e revolucionário.

O pensamento marxista-leninista sempre compreendeu os sindicatos como entidades de massa que cumprem um duplo papel. Resistir à exploração capitalista, travar uma verdadeira guerra de guerrilhas em defesa do salário, do emprego, da redução da jornada e de melhores condições de trabalho. Associada a esta luta frente à ofensiva do capital, o sindicalismo também deve cumprir o papel de lutar pela supressão do trabalho assalariado, pelo fim do capitalismo.

Polemizar idéias. Foi neste sentido que se passou a compreender os sindicatos como verdadeiras "escolas de comunismo". "Os sindicatos representam um progresso gigantesco da classe operária nos primeiros tempos do desenvolvimento do capitalismo, visto que significavam a passagem da dispersão e da impotência dos operários aos rudimentos da união de classe", dizia Lênin.

Estes "rudimentos da união de classe" são um fator importante para o desenvolvimento da consciência socialista e para o ulterior triunfo da revolução, já que a grande força do proletariado - para enfrentar e vencer a força do capital - é a sua quantidade. "Mas a quantidade", afirma Marx, "somente faz sentir o seu peso quando unida pela organização e guiada pelo saber".

Tais reflexões adquirem importância e guardam grande atualidade. Nunca é demais lembrar estes ensinamentos fundamentais dos mestres do socia-

lismo científico a respeito das verdadeiras tarefas do sindicalismo, principalmente porque nosso país sofre os efeitos negativos da hegemonia do reformismo no movimento dos trabalhadores.

Amaré montante reformista e seu cortejo de práticas economicistas e corporativistas entorpecem o desenvolvimento da consciência social dos trabalhadores. Por isto, a luta do sindicalismo classista não pode ficar restrita à esfera das batalhas econômicas. Precisa polemizar no terreno teórico, enfrentar as concepções atrasadas, reacionárias e de conciliação de classes e procurar encontrar meios e formas para fazer germinar as idéias libertadoras que devem ser o fio condutor do sindicalismo classista.

Solo fértil. O reformismo de direita (a neoliberal Força Sindical) ou de esquerda (a CUT social-democratizada) não fazem o movimento dos trabalhadores se aproximar do objetivo estratégico maior que é o socialismo.

O reformismo se alimenta da crise e das dificuldades objetivas para a luta sindical (desemprego, terceirização, novos métodos de trabalho e gerenciamento etc.). Aproveita também um certo desenvolvimento limitado da consciência dos trabalhadores, para os quais o centro da ação sindical é enfrentar as mazelas do capitalismo e não se imiscuir nas lutas políticas.

Não se pode, sob pena de condenar os operários a se perpetuar como escravos modernos do capital, circunscrever a nossa ação sindical à bitola estreita das demandas do dia-a-dia.

O sindicalismo classista precisa achar o caminho para explicitar com nitidez, independência e espírito de iniciativa as suas opiniões de fundo para os problemas do país e dos trabalhadores.

É no terreno da luta política que esta explicitação encontra solo fértil. Sem abrir mão da luta por salário, emprego e outras conquistas econômicas e sociais, o sindicalismo classista deve ter a clara compreensão de que sua tarefa principal é unir e mobilizar os trabalhadores em torno das bandeiras políticas.

É através da luta política que os trabalhadores vão adquirindo consciência de que seus problemas fundamentais não serão superados nos marcos do capitalismo. Evoluirão da situação atual, de escravos do capital, para combatentes de vanguarda por um novo sistema social.

Por esta via, e na ação conjunta com o partido da classe operária, o proletariado se desenvolve e transforma a sua ação sindical consciente numa poderosa alavanca para a construção dos alicerces da futura sociedade socialista.

Debatendo o programa

Nereide Saviani

Membro do Comitê Regional-SP

De 30/10 a 1º/11, o Diretório Regional do PCdoB de São Paulo realizou uma Sessão Especial de Estudo do Projeto de Programa Socialista para o Brasil, ora em discussão no partido, com a participação de 53 quadros, entre membros do diretório e convidados. Foram três dias de intensa discussão e reflexão em busca de entendimento do texto do Projeto e de suas bases teóricas, políticas e ideológicas.

O evento teve a seguinte programação: 1) O marxismo-leninismo e o Projeto de Programa; 2) A realidade brasileira e os caminhos para o socialismo; 3) O Programa Socialista para o Brasil. Cada parte tratou dos pontos básicos do Projeto segundo a estrutura do texto, através de intervenções especiais de um expositor, abordando fundamentos gerais do tema e de painelistas, aprofundando os temas específicos.

Aos painéis seguiram-se intervenções dos participantes e a síntese final dos expositores e painelistas. As intervenções especiais ficaram por conta de José Reinaldo de Carvalho, Walter Sorrentino e João Amazonas. Os painelistas foram Dilermando Toni, Jairo José, Nádia Campeão, Vital Nolasco, Bernardo Joffily, Luís Paulino e Ronald Freitas.

Primeiro mergulho. Nas intervenções gerais vários participantes demonstraram ter estudado o Projeto e os textos subsidiários indicados previamente, alguns ensaiando aprofundamento num ou noutro ponto. Mas o entendimento comum é o de que o momento era ainda de um primeiro mergulho no texto sendo ainda necessários reflexões e debates o que passa pelo estudo individual de maior monta.

Dentre as questões mais debatidas no primeiro dia destacaram-se o perfil atual da classe operária, as características da exploração capitalista com os avanços da "terceira revolução industrial", a situação do proletariado nesse contexto e os condicionantes de seu papel revolucionário. A crise atual do capitalismo/imperialismo também mereceu atenção de boa

parte das intervenções, ou seja, a noção de crise estrutural e cíclica, o parasitismo, a estagnação, a tendência à queda da taxa média de lucro etc.

No segundo dia, a análise da realidade brasileira tratou de aspectos da situação do país no quadro da globalização da economia e do caráter retrógrado das classes dominantes. Chamou atenção a intervenção de Luís Paulino, frisando que a saída para o Brasil exige uma ideologia mobilizadora que não passa nem de longe pelo neoliberalismo mas que também não é a da social-democracia ou a do nacionalismo e sim a do socialismo científico, sob liderança do proletariado e de seu Partido.

Ponto alto do terceiro dia foi a exposição de João Amazonas que tratou das bases teóricas do novo projeto, a conquista do poder político pelo proletariado como questão essencial e o sentido dialético do conceito de transição presente na idéia das etapas básicas de construção do socialismo no Brasil. O tema Questão Agrária, desenvolvido por Ronald Freitas, foi considerado digno de aprofundamento em palestra ou seminário específico a realizar-se oportunamente.

Turma gostou. O evento foi avaliado como altamente positivo, cumprindo os objetivos de permitir a abordagem sistemática do Projeto, identificar questões polêmicas e pontos para aprofundamento bem como para preparar os quadros para fazer fluir o estudo e o debate nas instâncias partidárias no Estado de São Paulo. Estiveram presentes também Ana Rocha e Pedro de Oliveira do secretariado do Comitê Central.

João Amazonas ressaltou que seminários realizados neste momento têm o objetivo de levar ao conhecimento do coletivo partidário os pressupostos teóricos, políticos e ideológicos que serviram de base à Comissão do Comitê Central que elaborou o Projeto e que a Sessão de Estudos promovida pelo DR-SP serviu adequadamente a esse propósito.

Este evento é parte integrante do plano geral de Propaganda e Formação aprovado pelo Diretório Regional, que prevê um duplo movimento: difusão e debate do Projeto junto à militância, amigos, simpatizantes e outras forças do campo progressista; estudo e aprofundamento na estrutura do Partido, a começar pelo DR.

Num primeiro momento de aplicação do plano foi também realizado um Ciclo de Debates voltado basicamente para militantes e amigos da Capital e da Grande São Paulo em meados do mês passado. Está prevista a partir da circulação da Tribuna de Debates um segundo ciclo de palestras e debates para aprofundamento de temas específicos, mais amplo, com a participação de políticos e intelectuais de diversas tendências dispostos a discutir as propostas revolucionárias para a superação dos graves problemas que afligem nosso povo e nossa Pátria.

Seminários sobre o Programa

26, 27 e 28 de novembro

Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro - em Vitória

Ceará, Piauí e Maranhão - em Fortaleza

Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná - em Porto Alegre

Amazonas, Pará, Rondônia, Acre e Roraima - em Manaus

3, 4 e 5 de dezembro:

Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba em Recife

Bahia e Sergipe - em Salvador

Dicionário Marxista

Madalena Guasco Pelxoto
Professora da Filosofia da PUC-SP

Outro conceito importante elaborado no estudo das condições de vida material da sociedade e que compõe o Trabalho são os instrumentos de trabalho.

Instrumentos de trabalho são objetos, isolados ou compostos de maneira complexa, que o homem coloca entre ele e a natureza que vai ser trabalhada, ou entre ele e outros objetos sobre os quais ele irá executar o trabalho.

Os instrumentos de trabalho são criados pelos homens e são usados com objetivo de facilitar, tornar mais eficiente a ação sobre o que vai ser trabalhado.

Os instrumentos de trabalho compreendem em primeiro lugar a ferramenta, as máquinas e os demais instrumentos de trabalho.

dos pelos homens no trabalho. Em segundo lugar são também considerados instrumentos de trabalho as condições materiais que permitem a realização do trabalho como, por exemplo, as construções, instalações, os meios de transporte etc.

Objeto de trabalho são todas as coisas sobre as quais os homens atuam no processo de produção como, por exemplo: a madeira retirada da natureza, os minerais etc. Quando no entanto o objeto de trabalho já sofreu trabalho anterior, ele passa a ser chamado matéria-prima.

Meios de produção: a categoria meios de produção é a junção dos instrumentos de trabalho com os objetos de trabalho.

Os meios de produção entram em movimento por ação do homem através da força de trabalho.

Dicas

CUT: ser ou não ser

Ao comemorar os dez anos de existência da Central Única dos Trabalhadores, foi lançado o livro "Para onde vai a CUT", de Sebastião L. Neto e Vito Giannotti, editado pela Scritta. A obra traz ainda o depoimento de diversos líderes sindicais e de estudiosos do sindicalismo brasileiro.



Os autores perguntam "como a CUT vai responder aos graves desafios que tem pela frente? Como a CUT vai combinar sua ação direta de organização e

mobilização dos trabalhadores com sua atuação na esfera institucional? E eles mesmos respondem: "entendemos que toda a CUT hoje faz parte de um campo sindical estra-

tégico para as lutas imediatas e históricas dos trabalhadores".

Já o professor da Unicamp, Ricardo Antunes crê que a crise de identidade pela qual passa a CUT deve-se ao fato dela estar entre o classismo e a socialdemocracia. Para ele, a central está "cada vez mais por uma política para o conjunto do país, o país integrado do capital e do trabalho". Então ele pergunta: "que caminho vamos adotar: negociar dentro da ordem ou contra a ordem?"

Cultura



filmes de maior sucesso foram: "A doce vida" (1959), "Satyricon" (1969), "Casanova" (1976), "E la nave va" (1983), "Ginger e Fred" (1986) e o filme-testamento "Entrevista" (1988).

O cineasta italiano se autodefiniu como "uma mistura de mágico e farsante, de profeta e de palhaço, de vendedor de gravata e de padre pregando". Certa vez ele disse "sou mentiroso mas sou sincero" para simbolizar a sua arte alegórica. E afirmou preferir o "cinema-mentira" ao "cinema-verdade", pois, para ele, "a mentira é sempre mais interessante que a verdade. A mentira é a alma do espetáculo". O cineasta Cacá Diegues, contudo, acredita que Fellini inverteu a ordem ideológica "do neorealismo clássico, de Rossellini a Antonioni, os filmes de Fellini nunca se interessaram pelo cotidiano a partir de pré-conceitos que o antecedam". E afirmou, em artigo na *Folha de S. Paulo*, "como consequência, Fellini é um dos raros artistas desse século (e certamente o único cineasta) a virar adjetivo de qualificação". E conclui dizendo que "o grande 'maestro' encarna a utopia de um cinema que pode ser feito por nós e para nós, apenas seres humanos".

A capoeira como arma

"O cordel é incontestavelmente um dos meios de comunicação mais relacionados com o imaginário de grandes camadas da população brasileira e através dele a crônica dessas populações se transmite num multiplicador impressionante. É pelo cordel que os fatos mais significativos, de acordo com a visão popular, se perpetuam através de uma literatura altamente dinâmica e funcional", assim o historiador Clóvis Moura apresenta o livro de cordel, "No mundo da capoeira: era um tal de Besouro Mangangá", de Pedro Carvalho Lopes, editado pela João Scortecci. O lançamento da obra ocorre dia 20 de novembro no Sindicato dos



Condutores de Veículos de São Paulo. Clóvis Moura acredita que o livro apresenta a capoeira "não como folclore ou coreografia, mas em sua função substantiva de arma do escravo, do negro fugido e, posteriormente, do oprimido da sociedade capitalista. E o autor complementa: "Averso às injustiças/este negro aventureiro, às vezes se transformava em vingador justiceiro, quando via seus irmãos/sofrendo no cativeiro"

Condutores de Veículos de São Paulo.

Clóvis Moura acredita que o livro apresenta a capoeira "não como folclore ou coreografia, mas em sua função substantiva de arma do escravo, do negro fugido e, posteriormente, do oprimido da sociedade capitalista. E o autor complementa: "Averso às injustiças/este negro aventureiro, às vezes se transformava em vingador justiceiro, quando via seus irmãos/sofrendo no cativeiro"

Uma luz apagou, Fellini morreu

Marcos Ruy

O cinema mundial perdeu um de seus maiores representantes de todos os tempos. O cineasta italiano Federico Fellini faleceu, aos 73 anos de idade, no dia 31 de outubro, após permanecer em estado de coma por duas semanas. Fellini completaria 50 anos de casamento com a atriz Giulietta Masina, que tem 72 anos, nesse mesmo dia. O mundo inteiro chora essa perda irreparável. Entre os autores que marcaram a história do cinema, Fellini foi um dos que melhor souberam conjugar poesia e realidade, espírito crítico e compaixão. Woody Allen acredita que "Fellini foi o homem de cinema mais original de nossa época". Enquanto o cineasta Zelito Viana acredita que "a humanidade perdeu um grande pensador. Um homem que influenciou várias gerações".

Para a ex-atriz e ministra da Cultura da Grécia, Melina Mercouri, "perdemos um mago. Fellini deu ternura à existência, humanidade aos sonhos e humor à vida de todos os dias". Já para a atriz Sofia Loren, "uma grande luz se apagou. O mundo será mais triste sem a fantasia de Fellini".

Fellini nasceu em Rimini, na Itália, dia 20 de janeiro de 1920. O seu primeiro filme como diretor foi "Mulheres e luzes", em 1950. Aos 33 anos filmou "Os boas-vidas" (1953), em sua cidade natal. A sua filmografia conta 21 obras. A última foi "A voz da lua", em 1990. E os seus

Fellini em vídeo

12 filmes de Federico Fellini podem ser encontrados nas locadoras brasileiras. Veja quais são:

"Os boas-vidas" (1953) conta a vida de um grupo de jovens provincianos que desejam partir para Roma.

"A trapaça" (1955) narra a história de três malandros que vivem dando golpes.

"As noites de Cabiria" (1956) mostra o cotidiano de Cabiria, primeiro grande trabalho com Giulietta Masina.

"A doce vida" (1960), Marcelo Mastroiani interpreta um jornalista que conhece a alta sociedade romana.

"Julietta dos espíritos" (1965) é o primeiro filme em cores de Fellini.

"Satyricon" (1969) conta a decadência do império romano no século I.

"Amarcord" (1973) volta aos anos 30 e à infância.

"Ensaio de orquestra" (1978), última parceria entre Fellini e Nino Rota.

"A cidade das mulheres" (1980) satiriza o feminismo e o machismo.

"Ginger e Fred" (1986), uma emissora de TV descobre um casal que imita Fred Astaire e Ginger Rogers.

"Entrevista" (1988) mostra os precedimentos do universo felliniano.

"A voz da lua" (1990) trata da vida de um louco que perambula pelas ruas.

Conferência Nacional

O sucesso da Conferência Nacional, sobre o Programa Socialista para o Brasil, em abril de 1994,

depende de você: militante, amigo ou simpatizante do PCdoB. contribua com CR\$ 500,00. Deposite na

conta do Partido Comunista do Brasil - agência 2809/6 - conta número 4065/7.

QUEM
E DE
LUTA
LÊ

ASSINE A CLASSE

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Cidade _____ Estado _____
Profissão _____ Data ____/____/____

Assinatura semestral: CR\$ 2.400,00 Assinatura trimestral: 1.200,00
Assinatura semestral de apoio: CR\$ 4.000,00

Preencha e envie hoje mesmo este talão para a **A Classe Operária**. Não mande dinheiro. Mande cheque nominal e cruzado, ou vale postal, em nome da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01318-020 - Fone (011) 34-4140 - Fax (011) 36-0412.

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Editora:** Ana Maria Rocha - **Redação:** Dilemmando Toni, Guiomar Prates, Sueli Scutti, Marcos Ruy **Correspondentes:** Calucho Carvalho (BA), José Ribamar Praseres (MA), Linduarte Júnior (PE), Luciana Costa (PA), Marcos Lopes (PI) Niura Delfort (SE) - **Colaboradores:** Altamiro Borges, Antonio Carlos Queiroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy, Jefferson Barros, Jurez Tadeu, Lejeune Mato Grosso, Moacyr de Oliveira Filho, Olivia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro de Oliveira, Umberto Martins - **Projeto Gráfico:** Auracebio Pereira - **Diagramação:** José Luis Muñera Reyes - **Composição e Arte Final:** Compuart - Fone: (011) 251-1571 - **Fotolito:** Enfocke **Impressão:** Central Print - **Administração:** Vera Lúcia Lopes da Silva - **Fotografia:** Leandro Shilipake - **Secretaria:** Sílvia Regina Lopes - **Revisão:** Alexandra Araújo e Márcia Saraiva - **Publicação quinzenal da Empresa Jornalística A Classe Operária** - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo-SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 34-4140 - Fax: (011) 36-0412

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 65 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceió - Av. Moreira e Silva, 430 - Farol - (082) 221-4634 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. José Duarte, 5 - Tororó - (071) 321-6420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DISTRITO FEDERAL - Brasília - HIGS 704, Bloco G, Casa 67 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Av. Anhanguera, 3599 - Ed. São Luís - 3º andar - Centro - (062) 212-4014 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 222-5295 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Sala 1 - Centro - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. Manoel Barata, 1157 - Reduto - (091) 222-8733 - PARAIBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. André de Barros, 26 - Casa 6 - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - Av. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/532-4118 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - R. Vaz Godinho, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. 11 casa 365 Conjunto Chagas Neto - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Av. Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 225-1546 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (051) 228-5152 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Av. Mauro Ramos, 475 - Centro - (048) 241-0927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 37-8483 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro.

REPÚBLICA NEGRA

Em 20 de novembro comemora-se o Dia Nacional da Consciência Negra. Foi nesta data, em 1695, que morreu Zumbi, líder da resistência da República de Palmares, organizada pelos negros fugidos da escravidão e que durou quase 100 anos, apesar dos fortes ataques das tropas da metrópole portuguesa

Dennis de Oliveira
Professor da Unimep/
coordenador da Unegro

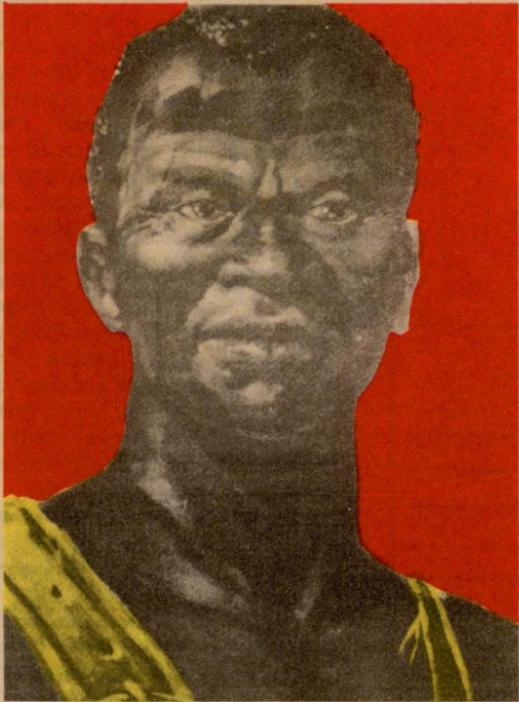
“O negro construiu um país para os outros; o negro construiu um país para os brancos” (Joaquim Nabuco). A expropriação absoluta da força de trabalho do negro escravo no Brasil possibilitou fartura para as classes dominantes da colônia, formação de uma tecnologia nacional avançada na área da metalurgia e da extração mineral a partir de conhecimentos vindos dos seus ancestrais, a acumulação de riquezas na Inglaterra (potência de então) a ponto dos lucros obtidos com o tráfico de escravos e com a intermediação da venda de cana-de-açúcar ter financiado a Revolução Industrial britânica. Em contrapartida a essa fartura, os negros viveram e vivem na miséria em todos os cantos do mundo, até mesmo no seu continente, a África.

A quilombagem - conjunto de lutas armadas dos negros brasileiros contra a escravidão colonial - foi a alternativa a esse sistema de exploração. Com grande força na região do Recôncavo Baiano, a quilombagem se espalhou pelo país. De todos esses movimentos, o mais significativo foi a República de Palmares que resistiu às investidas das tropas coloniais durante quase todo o século XVII.

A República de Palmares foi formada pelos negros que fugiam das fazendas onde

eram escravizados e que se concentraram em terras que iam desde o Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, até a zona norte do Rio São Francisco, em Alagoas. Essa República chegou a ter 20 mil habitantes no seu auge. Para lá foram, além dos negros fugidos da escravidão, índios e brancos pobres.

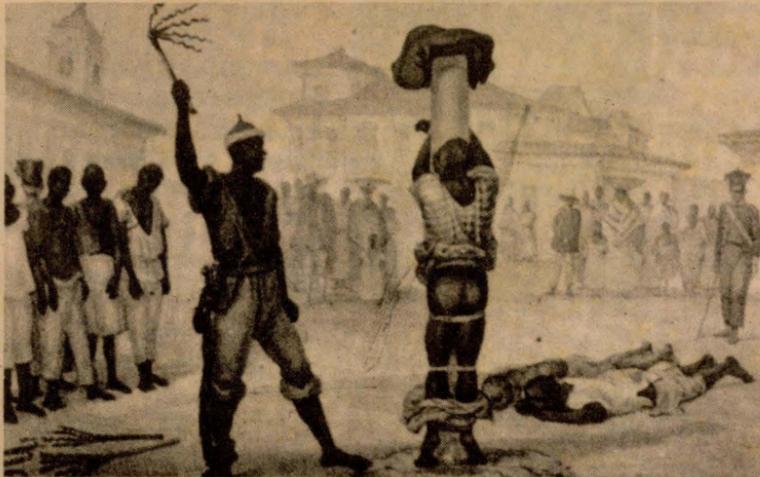
Terra comunitária. Além da importância como foco de resistência à colonização e à escravidão, Palmares foi a experiência de economia voltada para a própria população. O sistema econômico vigente na colônia era agrário-exportador, ou seja, centrado na agricultura de tipo extensiva, monocultural, para atender a demanda do mercado externo. Por isto faltavam alimentos na colônia. O bem-estar social era um privilégio da elite colonial.



Zumbi, líder de Palmares

Para dar conta desse tipo de economia, predominava na colônia o latifúndio. Essa estrutura fundiária ficou tão arraigada que até hoje permanece no Brasil, sendo um entrave para o desenvolvimento da agricultura nacional. Além disso, a monocultura da cana-de-açúcar contribuiu decisivamente para arrasar grandes contingentes de terra, principalmente na região Nordeste.

Palmares foi um contraponto a tudo isto. Contrariamente à economia colonial, a produção agrícola da República era voltada total-



Do tronco à República livre de Palmares

mente para os palmarinos. Por isto predominou a policultura: plantava-se milho, batata, feijão, mandioca, banana e outros alimentos. Havia fartura de alimentos em Palmares, enquanto havia miséria na colônia. A propriedade da terra em Palmares era da comunidade, não circulava dinheiro na República.

Núcleo da República. Segundo Sebastião da Rocha Pitta, o núcleo formador do que seria a República de Palmares era composto por 40 negros de Guiné, fugidos dos engenhos de Porto Calvo. Nessa época, a província de Pernambuco estava dominada pelos holandeses. Não suportando a tirania e a condição de objetos dos senhores, esses escravos “romperam o vastíssimo sertão daquela vila (...) estimando mais a liberdade entre as feras que a sujeição entre homens.”

A ocupação holandesa em Pernambuco favoreceu outras fugas de negros, índios, mestiços e alguns brancos marginalizados para aquela região, pois desarticulou o sistema colonial. Aos poucos, a população foi crescendo até se organizar como uma República, com estrutura política, administrativa e econômica própria. Ocupando um território de 27 mil quilômetros quadrados, cerca de 20 mil palmarinos se transformaram num sério desafio para o poder colonial e escravagista.

Palmares era administrada por um rei, eleito e com poderes quase absolutos, mas controlado por um Conselho nos casos de maior importância. O Conselho era formado pelos chefes dos diversos quilombos (cidades) que formavam a República. Esses chefes tinham autonomia na direção dos quilombos, mas quando se tratava da defesa da República, o assunto era discutido coletivamente.

Destruição de Palmares. A maior preocupação da metrópole portuguesa era o fato de Palmares ter se transformado numa alternativa real de poder, onde a fartura e a prosperidade de sua economia contrastava com a miséria e baixa produtividade do modo de produção escravista. Em outras palavras, Palmares era a evidência de que o negro livre, a propriedade comunitária e a agricultura voltada para a demanda interna significavam um progresso em relação ao sistema escravista-latifundiário colonial.

Por isto, a destruição de Palmares só se deu após fortes investidas militares. Os palmarinos chegaram a derrotar expedições militares de até 7 mil homens. As tropas coloniais mobilizaram efetivos ainda maiores, armados de canhões e artilharia pesada para destruir os quilombos. É sintomático que, além da destruição de Palmares e dos palmarinos, as tropas portuguesas tenham queimado todas as plantações da República: elas simbolizavam uma alternativa econômica de fartura e de bem-estar para os trabalhadores.

Zumbi dos Palmares foi o comandante das últimas resistências da República às investidas das tropas portuguesas. Morreu a 20 de novembro de 1695, data em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra. A sua trajetória como líder de uma alternativa de sistema social em pleno século XVII demonstra que os negros brasileiros quando puderam construir uma sociedade livre do escravismo garantiram avanços sociais para os trabalhadores e uma prosperidade econômica muito maiores que quando foram obrigados a trabalhar sob o regime do pelourinho. Palmares foi, além de tudo isto, uma experiência onde várias raças - negros, índios e brancos - puderam desfrutar igualmente das riquezas produzidas, com ifundação e Memória Fundação Maurício Grabois nicamente como deveria acontecer no Brasil.

